

ACTA N° 8/2012

Aprovada em 29/4/2013

**ACTA DA QUINTA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E SETE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE**

No dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e doze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 - Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013; Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e autorização para contração de empréstimos de curto prazo e autorização para consultas a instituições de crédito para empréstimos de médio e longo prazo e Autorização Prévia LCPA;

Ponto 3 - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013;

Ponto 4 - TC-Turismo de Coimbra, EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2013 – Para conhecimento;

Ponto 5 - AC – Águas de Coimbra, EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2013 – Para conhecimento;

Ponto 6 - Mapa de pessoal da CMC para o ano de 2013;

Ponto 7 - Adequação da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra à Lei n°.49/2012, de 29 de Agosto - conhecimento;

Ponto 8 - Procedimento concursal para o recrutamento e seleção do cargo de Comandante da Policia Municipal – nomeação de júri;

Ponto 9 - AC, Águas de Coimbra, EM. – alteração dos Estatutos;

Ponto 10 – Adaptação dos Estatutos do Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde EM, SA;

Ponto 11 - Fornecimento de peças originais para viaturas, máquinas e equipamentos – autorização para abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais;

Ponto 12 - Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais e do Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas, de Comércio de Bens, de Prestação de Serviços ou de Armazenagem no Município de Coimbra – retificação/alteração;

Ponto 13 - Cartão Social para Famílias Numerosas – regulamento municipal;

Ponto 14 - Acordo de pagamento com Petróleos de Portugal – Petrogal, SA sobre contrato de aquisição de gasóleo a granel para abastecimento das viaturas que compõem a frota dos SMTUC, outorgado em 21 de janeiro de 2011;

Ponto 15 - Fornecimento de combustíveis – autorização para a abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais;

Ponto 16 - Serviços de limpeza – autorização para a abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais;

Ponto 17 - Serviços de vigilância e segurança – autorização para a abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais;

Ponto 18 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana em instrumento próprio para execução de uma operação de reabilitação urbana simples e respectiva estratégia de reabilitação urbana – Coimbra Alta;

Ponto 19 - Águas do Mondego, SA – empreitadas do Sistema Elevatório de Torres do Mondego e do Sistema Elevatório das Carvalhosas – reconhecimento de interesse público;

Ponto 20 - Auto Maran, SA – reversão de parcela de terreno;

Ponto 21 - Compromissos plurianuais – conhecimento.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, João Francisco Lencastre Campos, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor,

Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Joana Margarida Alves Martins, Maria Helena Cavaleiro Moura Ramos, Fernando Jorge Soares Ferreira Neves, Hugo Filipe Martins Rodrigues e Rui Santos Cruz.

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, Milene Catarina Pereira Cunha, André Luís Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, André Gonçalo Dias Pereira, Ana Paula Soares Pinto Bravo, Juvenal Ribeiro de Sousa e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Manuel Veloso da Costa, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Dias Martinho, Isabel Margarida da Silva Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vítor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha.

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Paulo Jorge Carvalho Leitão, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena, João Pedro Fernandes Trovão e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade como Primeiro Secretário, e Anabela Ponces Ferraz de Almeida como Segundo Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal **António Alberto Maló de Abreu**, pelo período de 2 dias com início a 26 do corrente mês;

Deputado municipal **Carlos Alberto Nunes da Silva**, pelo período de 2 dias com início a 26 do corrente mês;

Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida**, pelo período de 2 dias com início a 26 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Hugo Filipe Martins Rodrigues, Fernando Jorge Soares Ferreira Neves e Rui Santos Cruz**.

Deputado municipal **António José Costa Sequeira**, pelo período de 3 dias com início a 26 do corrente mês;

Deputado municipal **José Manuel Gonçalves da Silva**, pelo período de 2 dias com início a 26 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Ana Paula Soares Pinto Bravo e Horácio José da Paz Santiago**.

Deputado municipal **João Carlos Pinto Ângelo**, pelo período de 3 dias com início a 26 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira**.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

“A exemplo do que fiz das outras vezes fui defender a existência das nossas Freguesias no dia 22 de Dezembro, sábado para Lisboa, mais propriamente junto ao Palácio de Belém.

Saímos cedo de Coimbra e chegámos cedo a Lisboa.

Como os autocarros ficaram perto, foi por ali que almoçamos.

No Caminho para o almoço cerca das 12h30m e ao passar junto ao Palácio de Belém, confesso que não sabia onde estava e se estaria mesmo em Portugal. Parei um pouco, pois estava tão transtornado que de momento pus em causa a

minha sanidade mental. Estava tudo bem, não havia dúvidas, estava em Portugal mas aquele não era o Portugal de Abril.

Eram tantos os polícias, que se não fosse a grande mobilização dos movimentos pela defesa das nossas freguesias e da nossa representante a ANAFRE, as forças policiais poderiam ser mais que os manifestantes.

O Jardim em frente do Palácio estava cercado com grades e pensei? Vão-nos encurralar aqui. Não, aquelas grades eram para que nós os manifestantes não ficássemos em frente ao Palácio, tendo por especial favor, segundo apurei encostámo-nos a um jardim vizinho daquele, com o palco de costas para o jardim de Belém.

Com muita sorte, estamos aqui dizia um dirigente da ANAFRE. Sabes para onde nos queriam mandar? Era para ali entre a linha do caminho-de-ferro do Estoril e o rio Tejo, é para onde ultimamente mandam as manifestações.

Fiquei doente. Se não fosse os ideais que me levaram ali, confesso que voltaria logo para Coimbra.

Porque lutei em África, quando estou em ambientes hostis, faço sempre um reconhecimento à zona, não venha para ai o Diabo e apanha-me desprevenido.

Quando fazia esse reconhecimento sempre por fora das grades, pois não autorizavam que andasse no belo e nosso Jardim de Belém, reconheci um superior da polícia que é freguês em Castelo Viegas.

Chamei-o e o senhor veio junto de mim, cumprimentamo-nos e fiz-lhe a pergunta.

Ó fulano é preciso estar aqui tanta força policial, quando esta manifestação é pacífica e tem muito de cultural. Resposta do meu amigo, Ferreira isto é sempre assim, chapa sete seja quem for a manifestar-se a força é esta.

Despedimo-nos e lá me encaminhei para junto dos amigos que comigo tinham ido defender a nossa freguesia.

Quando o 25 de Abril se deu tinha eu 23 anos, tenho agora 62 e sinceramente, como foi possível desvirtuar tanto o espírito de Abril ao ponto de um Presidente de Freguesia, votado esse sim pelo voto secreto nas urnas, ser julgado como um possível agitador que pode pôr em causa a ordem pública.

Enganou-se quem assim pensou. A manifestação decorreu com toda a ordem e foi mais uma demonstração do que de melhor se faz por esse País. Ranchos Folclóricos, Grupos musicais, Bandas Filarmónicas e testemunhos de verdade, contados por muitos Autarcas. Grande jornada de luta tão perto do Natal.

Tenho ido a todas, sempre na esperança de que as mentes que andam envolvidas nisto, recuem e parem para pensar.

A guerra ainda não está ganha por esses senhores, mas que já tem algumas batalhas ganhas isso é verdade.

Não as ganharam com o povo do seu lado, ganharam-nas sim na secretaria, porque infelizmente têm maiorias para isso. É fácil usar-se a força e a prepotência desrespeitando a vontade do povo.

De forma cega a inabitabilidade das medidas é a sua bandeira, mas mesmo que assim fosse, eu pergunto?

A haver honestidade no processo e se a fusão das freguesias é para o bem do povo, alguma vez é a melhor solução fundir Castelo Viegas com Santa Clara?

Se isto são mentes sãs que se mande para casa os doentes do Sobral Cid, afim de se arranjar alojamento para estes senhores, pois estes estão doentes.

Sejam sérios, digam a verdade, acabem com a lei da limitação de mandatos e assim continuem os empregos,

que é o que na maioria dos casos se pretende com esta lei. Veja-se Coimbra e os arranjos que por cá se fizeram.

Quem veio a Castelo Viegas, ouvir as pessoas? Quem leu a história da freguesia? Quem conhece o seu património e a sua identidade rural? Uma freguesia que pelo que se conhece existe desde 1122 é extinta porquê?

Ainda não estou derrotado, mas já preparo a minha estratégia para o caso de isso acontecer e como quem não se sente não é filho de boa gente quero em primeiro lugar agradecer aos senhores deputados desta Assembleia Municipal que votaram coerentemente pela não extinção de qualquer freguesia do concelho.

Aos coveiros, para esses, sempre que se desloquem a Castelo Viegas para caçar votos, andarei com eles, tipo emplastro apresentando-os ao povo como os malfeitores, os matadores da freguesia.

Não me vou esquecer daquela cena deplorável que se passou na Assembleia da República no dia 21 de Dezembro, sexta-feira. A imprensa diz que foram todos iguais. É mentira, não foram todos iguais, o PCP puxou para que no mínimo a votação fosse por concelho, foram 250 as votações, os deputados do PSD e CDS eleitos pelo Distrito poderiam ter votado pela não extinção, a exemplo dos seus companheiros na maioria das Assembleias Municipais, optaram por não o fazerem. Têm medo de perder as mordomias que possuem. Já tinha sido lamentável a votação na generalidade desta lei. Com as Galerias cheias de autarcas e muito povo, decidiram não votar nessa quinta feira a lei e passaram a votação para o dia seguinte.

Tiveram medo do povo e seus legítimos representantes.

Esta maioria está podre, já perdeu tudo e até a vergonha. Por mais que queira não disfarça a sua fúria contra aquilo que se identifica com o 25 de Abril e as suas conquistas.

Qual Troika qual quê, isto são ajustes de contas mandados fazer por pais que estavam bem instalados a 24 de Abril e agora têm os seus filhos no poder para os poderem vingar.

Uma última palavra vai para os companheiros, amigos, colegas e camaradas presidentes de Junta. Se viermos a perder esta guerra foi por culpa nossa, só como crítica veja-se o que fizeram os 31 presidentes de Junta do nosso concelho. Uns não lutaram nada, outros lutaram pouco e só uns quantos, poucos têm andado na defesa das freguesias.

Respeito a posição de todos, mas sinceramente a causa merecia mais.

A defesa das freguesias era um dever patriótico, já que nem as vantagens económicas para a sua extinção existem.

Por mais que eu explique ao povo, é vontade deste divorciar-se da política, deixar de votar. Segundo eles perdendo a sua freguesia, perdem tudo o que tem a haver com o seu ato cívico de cidadania.

Quem quer uma democracia fragilizada? Quem ganha com isto?

Mandam os jovens e desempregados emigrarem, não se apoia a natalidade e dia para dia caminhamos para um país pior do que o terceiro mundo estamos já a ultrapassar em miséria a maior parte dos Países Africanos.

De uma população de quinze milhões de habitantes, daqui a uns anos seremos apenas cinco milhões e cada vez mais velhos.

Isto não é destino, isto é as políticas.

Veja-se o que se passa no Luxemburgo país da União Europeia, muito mais pequeno do que nós vive muito melhor e pretende em pouco tempo duplicar a sua população.

Meditem, tirem por instantes a vossa camisola partidária, critiquem, evitem que o desastre seja maior.

Viva o Portugal de Abril

Não à descaracterização do nosso País.

VIVAM AS FREGUESIAS PORTUGUESAS.”

MOÇÃO

Contra a extinção/fusão de freguesias, pela revogação da lei 22/2012

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 27 de Dezembro de 2012, saúda a população e os autarcas do concelho de Coimbra que se têm batido contra as propostas de “agregação” ou extinção de freguesias.

O Poder Local Democrático, ao longo dos últimos 36 anos, foi, inegavelmente, responsável por profundas transformações sociais e pela melhoria das condições de vida das populações, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento local, regional e nacional e para a superação de enormes carências existentes em Portugal.

O País deve muito ao Poder Local!

O Governo PSD/CDS não convive bem com esta realidade, tendo multiplicado, desde a sua tomada de posse, as iniciativas legislativas destinadas a desvirtuar o Poder Local Democrático, naquilo que pode ser considerado um verdadeiro ajuste de contas com o 25 e Abril e uma das suas mais importantes conquistas.

O Governo e a maioria que o apoia na Assembleia da República continua a querer impor a extinção das freguesias, como agora acontece com a proposta da Unidade Técnica, que pretende “abater” 13, só no concelho de Coimbra. Esta é uma lei que estabelece critérios cegos para a reorganização do território das freguesias, impondo um modelo desadequado da realidade portuguesa. É uma lei que impõe penalizações àqueles que não se vergam perante a vontade do Governo, que utiliza inaceitáveis mecanismos de chantagem e que desvaloriza as posições dos órgãos autárquicos. É uma lei que desrespeita a autonomia do Poder Local e ignora as especificidades e a identidade das freguesias. É uma lei que não garante qualquer ganho de eficácia nem se traduz em qualquer benefício para a organização do Poder Local. É uma lei que não promove a coesão territorial, que acentua as assimetrias e desigualdades, agravando a desertificação do território. É uma lei que contribui para a degradação dos serviços públicos prestados à população e que destrói emprego. É uma lei que não promove a participação democrática, que retira expressão e força à representação dos interesses locais e afasta os eleitos dos cidadãos. Esta é uma lei imposta pelo PSD e CDS, que tem como único objectivo a liquidação de freguesias, numa estratégia de desmantelamento do Poder Local Democrático.

Por tudo isto, esta lei deve ser rejeitada!

O Governo e eleitos quer na Assembleia da República quer a nível das Autarquias, não têm qualquer legitimidade para liquidar qualquer freguesia, já que, quando se apresentaram a sufrágio eleitoral, não apresentaram ao eleitorado tal objetivo.

Daí, responsabilizarmos, desde já, os deputados eleitos pelo distrito de Coimbra, que se pronunciaram a favor, de tal atentado às nossas freguesias.

Esta proposta da unidade técnica é uma verdadeira afronta às populações envolvidas.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra delibera:

- 1—Manifestar-se contra a proposta da Unidade técnica de “abate” de Freguesias,
- 2—Reclamar a revogação da lei 22/2012, a lei de “abate” de Freguesias.
- 3—Apelar a participação nas diversas acções que se venham a realizar a nível do concelho, do distrito de Coimbra ou a nível nacional.”

Intervenção da deputada municipal Joana Martins (Por Coimbra):

MOÇÃO

“Sobre a implementação do Orçamento Participativo Jovem

Dirijo-me a todos vós nesta Assembleia na qualidade de deputada municipal indicada pela Juventude Social Democrata de Coimbra, não apenas para me referir ao Orçamento Municipal hoje apresentado, mas também trazendo uma proposta que embora não esteja contemplada, consideramos da máxima importância para o nosso Concelho.

Num momento em que tanto se discute o afastamento dos jovens da política e em que é tão fundamental reconquistar a sociedade civil aumentando a sua participação activa, consideramos que Coimbra deve implementar um Orçamento Participativo Jovem.

À semelhança do que acontece noutros Municípios (destaque para a nossa vizinha Condeixa que implementou recentemente este projecto que se tem revelado um enorme sucesso), o Orçamento Participativo Jovem, prevê a afectação de uma parcela do Orçamento Municipal a projectos apresentados, discutidos e escolhidos por jovens do concelho. Este modelo de cidadania participativa estimula não só a criatividade, mas também aproxima os jovens da nobre actividade política, responsabilizando-os através do desafio estimulante de ver concretizado um projecto pessoal em prol da comunidade.

Identificados os casos de sucesso e ultrapassados os principais receios quanto à organização destes modelos, propomos que numa cidade com a dimensão de Coimbra, se implemente este projecto por fases, devendo a primeira ser desencadeada em 2013 para decorrer no ano lectivo de 2013/14, sendo cabimentada no próximo Orçamento Municipal. Nesta primeira etapa de concretização deste enorme projecto deverão ser envolvidas todas as escolas básicas e secundárias do Concelho, devendo cada instituição (dentro da sua autonomia) responsabilizar docentes pelo estímulo a esta cidadania participativa e centrar os seus projectos educativos complementares na idealização e escolha de projectos elegíveis para o Orçamento Participativo Jovem, 2014. Após a apresentação, os estudantes de cada escola deverão escolher apenas um projecto que será depois sujeito a um debate municipal e à posterior selecção de 6 a 8 projectos finais. A candidatura de cada projecto deverá ser sujeita a regras definidas e deve ser constituída uma equipa que fará o acompanhamento à preparação dos projectos, avaliando a sua exequibilidade e a sua sustentabilidade orçamental.

A nossa proposta global de verba a afectar a este primeiro Orçamento Participativo Jovem é de 200 mil euros, devendo posteriormente ser aumentado caso se confirme o sucesso que antecipamos. Em fases posteriores a iniciativa deve também ser alargada aos jovens do ensino superior da cidade e até às associações juvenis de todo o nosso concelho, não se substituindo nunca à tão

fundamental mas actualmente (na nossa perspectiva) insuficiente Política Municipal de Juventude.

Apresentamos esta proposta neste momento porque para que o Orçamento Participativo Jovem entre em vigor no início do ano lectivo de 2013/14, tal carece de uma preparação e articulação com as escolas já que a falta de preparação pode determinar o insucesso desta grande medida.

Antes de ser trazida a esta Assembleia Municipal, a Juventude Social Democrata de Coimbra apresentou esta proposta ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, cuja visão progressista e irreverente lhe permitiu concordar com o objectivo, partilhando connosco desta ideia que hoje aqui apresentamos.

Há que dizer que é para nós um enorme estímulo poder fazer política ao lado de um autarca que toma suas as bandeiras da juventude e que não temendo o força da democracia vê com bons olhos a partilha de poderes e a conquista da sociedade civil como agente central numa cidade moderna.

O ano de 2013 será particular por motivos orçamentais que todos conhecemos. É com responsabilidade que vemos este orçamento aprovado apesar de dele não constarem projectos que tomámos como nossos. Sabemos que com a Lei dos Compromissos e as obrigações que Coimbra já tem, só por eleitoralismo poderíamos incluir à pressão uma rubrica para o Orçamento Participativo Jovem, estando já o ano lectivo a meio.

Assim, aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de 2012, reunidos na Assembleia Municipal de Coimbra, os deputados presentes deliberaram que deve o executivo da Câmara Municipal de Coimbra construir um modelo de Orçamento Participativo Jovem a apresentar até Março de 2013, para então se proceder a uma articulação com os demais agentes facilitadores do mesmo. A verba da primeira edição do Orçamento Participativo Jovem deverá ser posta à votação no Orçamento Municipal de 2014 por deliberação desta mesma Assembleia.

Dirijo-me ainda a esta Assembleia, na mesma qualidade, para abordar um tema que tem sido recorrente nestas Assembleias Municipais

Quando tomámos posse, em Novembro de 2011, tivemos a oportunidade de reunir com o Presidente da Câmara para apelar à implementação do **Conselho Municipal da Juventude**. Face à alteração legal do Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude, a JSD pronunciou-se totalmente favorável à sua implementação, apelando à Câmara Municipal de Coimbra.

Este não é um projecto partidário, é uma bandeira da juventude, que aliás é obrigatória por força da lei. Foi até a Juventude Socialista que pela primeira vez veio exigir a criação deste órgão que já tantos Municípios reconheceram.

Apesar de desaprovarmos os desprestigiantes números a que a Juventude Socialista associou o Conselho Municipal da Juventude e mesmo não tendo qualquer pretensão oportunista de fazer com esta intervenção uma notícia de jornal, não podemos deixar de criticar o atraso na criação do Conselho.

Apesar das diversas ausências do Sr. Vereador Luís Providência, a JSD não se demitiu da política de Juventude na nossa cidade e sabemos que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra também não. Desta feita, pedimos-lhe um esclarecimento sobre qual o ponto em que se encontra essa deliberação de Assembleia Municipal e quando, e em que termos, será implementado o Conselho Municipal da Juventude de Coimbra.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Queria aqui fazer uma síntese daquilo que efectivamente eu vim, durante o ano, reivindicar para a minha freguesia e que não vi consignado, pelo contrário, é o mesmo do mesmo e pedia a atenção do senhor Presidente da Câmara, porque acho o que lhe vou chamar a atenção é de facto o que se chama de incompetência de alguns departamentos que o senhor preside da autarquia.

Vou começar a enumerar dois ou três exemplos, e se me permitem dizer a V. Exa., parece que os Presidentes de Junta, eu em particular, somos gozados é o termo correcto por indivíduos que tem que crescer na vida para saber o que é estar à frente de divisões do Município de Coimbra.

Não queria terminar o ano sem voltar a esta matéria, concretamente voltar a desafiar V. Exa. a visitar a entrada da rua da Sota, sobre os sinais de trânsito que existem à entrada daquela rua. Com a atitude de irreverência do seu chefe de divisão que continua a reafirmar que a sinalética está correcta, eu só tenho um adjectivo, não o digo, mas V. Exa. entende! Porque, de facto, é uma teimosia que está em causa e que tem a ver com a acessibilidade dos automóveis à rua onde existe (vou repetir o que já disse anteriormente) uma máquina de pagamento dos SMTUC de estacionamento, e cujos sinais à entrada da rua refere trânsito proibido, excepto a residentes, cargas e descargas e abaixo desse poste, tem outro que diz paragem proibida.

Senhor Presidente, isto é a brincar aos meninos da escola primária!

Já aqui levantei esse problema, já escrevi e o seu chefe de divisão não entende.

Há tempos um amigo dizia-me: -Sabes, ele sabe bem de mobilidade e de trânsito, porque ele foi aluno do Prof. Maia Seco.

Desculpe mas tenho que dizer que foi um péssimo aluno, provavelmente deveria ter sido licenciado a credito.

Ontem, levei um agente da PSP ao local. Perguntei o que se poderia fazer ali, o que me respondeu é que não se pode estacionar do lado esquerdo, eu disse-lhe mas está ali uma máquina de pagamento dos SMTUC, só me respondeu: Algo está errado!

Gostaria que V. Exa. Senhor Presidente de Câmara, que nesta matéria tivesse mão firme, e que fosse in loco verificar a razão, a mim não me estorva é só que de facto aquilo são placas que já foram aqui descritas e que já veio na comunicação social, mas reina a teimosia.

A segunda questão é para o Senhor Vereador da Habitação e tem a ver com os famigerados tapumes da rua Corpo de Deus, que continuam vandalizados, acesso a terreno da Câmara, chave do portão no Departamento de Habitação, não sei para que é preciso a chave, uma vez que, aquilo está a céu aberto. A Câmara pelo menos que se digne tapar para que não haja actos que não são nada dignos para a Cidade nem dignos para os operadores da “A Capela”. No mínimo haja respeito por quem lá habita. Penso que nesta matéria não tem havido respeito!

No que diz respeito à venda ambulante na Praça do Comércio é gritante o que vou dizer.

Recebemos um ofício emanado do Departamento do Centro Histórico, com despacho do senhor vereador Paulo Leitão, que dizia que até ao dia 15 de Dezembro, (não disse mas é qual foi o ano! se calhar 2013!) que seriam

instalados cinco quiosques na Praça do Comércio, no que diz respeito àquela vergonha no Centro da Cidade de Coimbra de venda ambulante.

Senhor Presidente, tenho o documento para lhe entregar em mão para V. Exa. confirmar, que não venho aqui levantar questões político/partidárias, venho aqui levantar questões da minha Freguesia e da sua Cidade.

A venda ambulante na Praça do Comércio é um escarro para a Cidade de Coimbra.

É uma vergonha!

E diz mais o ofício, que a Polícia Municipal iria intervir para que os operadores tivessem as dimensões devidas e estipuladas em regulamento municipal. O que se tem feito? Zero! E tem a pouca vergonha de mandar para a Junta de Freguesia um ofício deste Município dizendo exactamente isso. E o que é que vem na Comunicação Social? Normalização de venda ambulante na Praça do Comércio com a instalação de cinco quiosques.

Pois bem Senhor Presidente! É mais um ofício entre outros que não tem eficácia nenhuma porque as pessoas continuam a enganar os munícipes de Coimbra.

Quero aqui congratular-me com a intervenção do meu colega como Presidente de Junta Carlos Ferreira.

Já agora dizer que é triste, que nós nesta Assembleia Municipal tenhamos o Presidente da Assembleia Municipal que foi Presidente da Unidade Técnica, coveira também das freguesias. Nós, em reunião da ANAFRE publicamente dissemos o que pensávamos sobre essa matéria e o senhor Prof. Manuel Porto numa das últimas Assembleias ficou muito melindrado comigo, quando eu disse que 979 mil euros para 40 dias de trabalho, era bom que se explicasse que as pessoas não estavam a ganhar, que iam ali voluntariamente, mas senhor Professor de igual modo que lhe disse isso vou dizer o seguinte:

Gostaria que V. Exa. como Presidente da Unidade Técnica, dê-se a conhecer aos portugueses quanto é que foi consumido pelo o péssimo trabalho que o senhor enquanto Presidente e a sua Unidade Técnica fez aos autarcas de Portugal, não foi só aos de Coimbra foi aos de Portugal. Porque o senhor aos de Coimbra tomou uma posição, nem sim nem não, não assinou o documento, porque eram um contra senso, votou contra as freguesias de Coimbra, mas foi assinar para o resto das freguesias dos outros concelhos do País. Não sei como o senhor é contra as freguesias de Coimbra e assina o documento para a extinção das freguesias do resto do País.

De facto senhor Prof. com o devido respeito e amizade que merece, ao contrário do que o senhor pensa a meu respeito, mas aqui é um órgão político, enganar as pessoas fica mal, sei que V. Exa. provavelmente o fez sem intenção mas, de facto, o que disse o Carlos Ferreira, espelha o que foi o vosso trabalho na Unidade Técnica e a teimosia do seu Governo.

Por último, a Associação Académica de Coimbra Organismo Autónomo de Futebol, foi chamada por esta Câmara a ter uma reunião sobre um subsídio ao Futsal.

Em Junho nós, estivemos aqui, eu próprio, o presidente José Eduardo Simões e o director financeiro Manuel Arnaut, por ordem do senhor Presidente reunimos com o vereador Luís Providência. Nessa reunião resultou um acordo que

achamos correctíssimo que era a Académica usar o logótipo da Câmara nas suas camisolas com a atribuição de um subsídio para sobrevivência da modalidade.

Como sabem o futsal na Académica com em qualquer clube, é deficitário não gera receita gera despesa. A Académica no futsal milita neste momento no 5º lugar da primeira divisão nacional, subiu e manteve essa posição.

Reunido com o senhor vereador foi-nos prometido 30 mil euros de subsídio, mais 3 para a inscrição nas camisolas do logótipo da Câmara Municipal de Coimbra.

Pois bem meus amigos, senhores deputados e senhor Presidente da Câmara e Comunicação Social, a camisola da Académica que passa na Comunicação Social, nas televisões, a Académica cumpriu, mostro aqui nesta tribuna a camisola da Académica de Coimbra com o logótipo da Câmara de Coimbra bem visível e a Câmara Municipal de Coimbra nem um cêntimo deu à Académica de Coimbra, pelo menos pague a estampagem das camisolas.

Isto, espelha bem o que reina no Município de Coimbra, liderado pelo meu amigo João Paulo Barbosa de Melo, mas de facto lamento de lhe dizer, mão firme, senhor Presidente, porque os senhores prometeram o que não tinham, já nem lhe falo na promessa do pavilhão, porque já sabemos que isso foi mais uma forma de mandar para as calendas.

Falei com o vereador pessoalmente, telefonei-lhe três vezes, a resposta foi isso não é comigo é com o Presidente da Câmara. Mas foi a Câmara de Coimbra que chamou a direcção da Académica para nos dar esse presente envenenado.

Estamos sem dinheiro para a modalidade, estamos com muitas dificuldades, mas cumprimos e a Câmara como pessoa de bem, e o senhor Presidente como tal também deveria cumprir com o que prometeu e não o fez, não cumpriu.”

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

“Em primeiro lugar, queria dizer à deputada Joana Martins, assinalar que, este princípio e esta ideia do Orçamento Participativo é uma ideia que o Bloco de Esquerda já trouxe aqui a esta Assembleia Municipal.

O Bloco Esquerda já levou a algumas Assembleias de Freguesia, designadamente à Assembleia de Freguesia de Santa Cruz, têm sido princípios dos quais nos batemos, sendo que, sendo sectorial ou intersectorial a ideia fulcral, a ideia principal é positiva e como todos conhecem, não é propriamente uma invenção de um grupo muito restrito de cidadãos do mundo, antes pelo contrário foi uma ideia adoptada em muitos municípios dos cinco continentes. Portanto, acho boa ideia e era bom que a deputada Joana Martins confrontasse estas ideias com os seus colegas de bancada que nos tentaram ridicularizar tanto quando nós apresentamos aqui essa proposta

Agora falando de outros assuntos.

A DEMOCRACIA, OS COMPROMISSOS E A INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS

Estes meses de novembro e dezembro de 2012 ficarão assinalados na história deste país como os do triunfo – por pouco tempo, desejamos nós – da prepotência cesarista da governação, expressa, entre outras medidas anteriores, já aqui denunciadas, na sucção fiscal sem limites e na subtração às comunidades locais dos meios fundamentais da sua sobrevivência.

Assistimos à imposição de um orçamento de estado com as medidas mais cruéis de extorsão aos cidadãos e empresas das somas mais avultadas de sempre em impostos e taxas. Simultaneamente, a maioria votou a eliminação de mais de um milhar de freguesias e, de seguida, de múltiplos serviços públicos de proximidade, que constituem a razão de ser duma administração local democrática, efetivamente voltada para as comunidades. Estas medidas configuram a imagem de marca dum governo e duma maioria que, neste ano e meio de devastação, fizeram tudo ao contrário do que prometeram na campanha eleitoral e do que afirmaram constar da matriz basilar do seu ideário político. A valorização da pessoa humana, do trabalho, da educação e da cultura, a redução das despesas do estado e a conseqüente libertação dos encargos das famílias com impostos, a melhoria dos serviços públicos, enfim, o “paraíso social e fiscal” da direita não passaram de ilusão e de engano programados. Para este governo PSD/CDS, a apropriação de um sétimo do rendimento anual dos trabalhadores da administração pública e dos reformados e aposentados, não foi mais que uma redução da despesa do estado, como se este não tivesse obrigações contratuais para com eles. No mínimo, é descaramento. Para estes governantes, os compromissos só existem para com toda a malha dos credores e das instituições inter-estatais que os sustentam. Como muitos têm afirmado, são fracos com os fortes e fortes com os fracos. Trocam princípios e valores por subserviência aos poderosos da finança. Mostram insensibilidade aos sofrimentos dos cidadãos, designadamente, dos que os elegeram. Desprezam os que trabalham e lutam por um futuro melhor para si e seus filhos. Enfim, visam somente reforçar o seu poder e as suas clientelas, protegendo-se mutuamente.

O mais recente exemplo deste desempenho político é a Proposta de Lei n.º 104/XII, em que o Governo vem propor um novo regime jurídico para as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais. Quais as principais novidades? a) a criação de um Conselho Executivo, remunerado e eleito por um colégio eleitoral que se dissolve após a eleição; b) a constituição dum Conselho Intermunicipal, composto exclusivamente pelos Presidentes de Câmara dos municípios que integram a área metropolitana ou comunidade intermunicipal; c) a extinção das atuais assembleias metropolitanas e intermunicipais constituídas a partir das assembleias municipais. Um outro aspeto decisivo é de assinalar: o atrofiamento democrático proposto é tanto mais grave quanto aumenta o leque de atribuições das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, designadamente, a nova competência regulamentar com eficácia externa e os poderes tributários propostos para as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, que passam a dar obrigatoriamente parecer às assembleias municipais em matéria de fixação de taxas, impostos e exercício de poderes tributários, condicionando o papel dos seus membros, cuja legitimidade resultante de eleição direta é assim condicionada.

Ora, num contexto em que se reforçam os poderes de entidades supra municipais, o que faz falta é avançar com a eleição direta dos órgãos das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais e com a regionalização, em nome do reforço da democracia local e regional, enfim, cumprindo os princípios constitucionais. O inverso, a restauração pré-constitucional, que este governo está a tecer meticulosamente, visará, com todas estas medidas políticas, a limitação das competências dos órgãos do poder local, a rotura do contrato de cidadania entre eleitores e eleitos, a quebra de solidariedade entre os poderes

central e local e a progressiva vinculação dos poderes constituídos aos interesses instalados, ao nível local, regional, nacional e internacional, cada vez mais à margem do escrutínio dos cidadãos.

Uma outra área de extrema importância para a vida da sociedade, designadamente em tempos de crise, é a da cultura. Como todos os membros desta Assembleia terão conhecimento, no passado dia 29 de setembro, Coimbra deu um sinal muito forte em defesa da cultura, ao promover múltiplas iniciativas, visando tornar visível a importância da criação artística na vida das pessoas, mesmo quando outras necessidades básicas estão ameaçadas pelas políticas de austeridade. 27 iniciativas culturais em 14 espaços diferentes da cidade. Cerca de 80 artistas envolvidos, para além de membros do Manifesto em Defesa da Cultura. 1345 novos subscritores do manifesto nacional. Mais de três mil pessoas a assistir às atividades realizadas. É este o balanço do Núcleo de Coimbra do ‘Manifesto em Defesa da Cultura’, que propugna o reforço do investimento público na cultura como única forma de assegurar a todos os cidadãos a diversidade e a universalidade dum oferta cultural de qualidade, independentemente da condição económica, localização geográfica ou outra condição de cada um. Tal como na Educação, na Saúde ou na Comunicação Social. Exige, assim, o cumprimento da Constituição da República, quanto ao seu Artigo 78º, que garante, por parte do estado, um serviço público de cultura e de livre acesso de todos, em igualdade de oportunidades, à criação e fruição culturais. Estabelece um objetivo que classifica de “ao mesmo tempo, aparentemente, irrisório e ambicioso: 1% do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a Cultura”.

Os deputados municipais do Bloco de Esquerda solidarizam-se com estes princípios e com estes objetivos e disponibilizam-se para continuar a lutar por eles, nomeadamente em colaboração com o Núcleo de Coimbra do “Manifesto em Defesa da Cultura”. Se o Orçamento de Estado maltratou tanto a Cultura – como acima acentuei, a cidadania anda efetivamente arredada das preocupações governamentais – então, caberá ao orçamento municipal suprir algumas dessas lacunas e, dentro da contenção assumida, ser arrojado e motivador.

Por último, como todos sabemos, as medidas draconianas do orçamento de estado refletem-se nos múltiplos lugares da vida da sociedade: das pessoas para as famílias, das famílias para as empresas, das famílias e das empresas para as cidades. Coimbra, não devemos ignorá-lo, está a decair: o centro urbano a ruir, o comércio da baixa, e não só, a definhar, a vida cívica a enfraquecer. Medidas de extrema urgência exigem-se para evitar a catástrofe e para repor níveis mínimos de sustentabilidade, quanto ao comércio tradicional e à reabilitação urbana. Deixamos aqui um repto: para além das atividades muito meritórias que têm sido desenvolvidas, propomos que esta Assembleia discuta, séria e profundamente, a situação de centro histórico e, a pouco e pouco, com o máximo de parceiros interessados, se delineie um plano de ação que inverta o atual sentido das coisas e projecte uma cidade mais humana e mais feliz para todos e todas. Assim, poderemos enfrentar as dificuldades, vencer os beneficiários desta crise e, com essa força, desejar, então, a todos e todas, com sinceridade, um 2013 mais solidário.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Quero aqui deixar três questões.

Uma delas do foro ambiental, mais concretamente, não sei se os senhores deputados já repararam nos últimos anos o rio Mondego tem sido invadido por algumas unidades de corvos marinhos. O corvo marinho é uma ave espectacular que tem características muito próprias, nomeadamente mergulhar e conseguir apanhar as suas presas em profundidade, mas causa também impactos ambientais, por vezes, muito graves, já aconteceu em alguns rios nacionais, e a somar a introdução de algumas espécies de peixículas também no rio Mondego, como o lúcio e achigã, poderemos estar aqui na presença de um potencial perigo ambiental. Não sei se a Câmara Municipal, junto da Provedoria do Ambiente ou inclusive junto do Departamento de Biologia, já tomou alguma iniciativa, se a Câmara sabe informar alguma coisa sobre esta situação, mas quero deixar aqui isto à consideração e alertar para tal situação.

Um outro assunto é que, estando aqui na presença dos actuais actores políticos, daqui a alguns meses, eventualmente, estarão aqui outros actores políticos. Para quem lida diariamente com a população, vai-se apercebendo que, cada vez há mais dificuldades e penso que para o ano elas serão mais evidentes, e reforçadas no sentido negativo. Cada vez mais nos deparamos com pessoas que faltam às consultas porque não tem dinheiro para os transportes, pessoas que tem grandes dificuldades de pagar as taxas, pessoas que não tem dinheiro para pagar medicamentos, algumas delas só compram metade dos medicamentos, isto é mesmo o concreto o que se passa com a saúde dos cidadãos. Só queria deixar o alerta, e apelar aos próximos e aos actuais actores políticos aqui presentes para levarem em linha de conta dois aspectos essenciais. Penso que, já não é tempo face à crise que temos de inaugurar pavilhões, todas as freguesias tem pavilhões, piscinas, etc. Ter em conta acima de tudo duas questões essenciais: no emprego e no apoio social.

Peço a todo os que aqui estão, estou a dizer isto não por qualquer contorno político mas sim, como cidadão e de quem lida com as pessoas diariamente, penso que os presidentes de junta tem essa perspectiva que as coisas se vão agravar e espero que tenham isso com atenção.

Para terminar e na mesma linha deixar aqui um voto de recolhimento àqueles que de uma forma anónima, pessoas que diariamente através de voluntariado contribuem para a acção social. Queria deixar esse voto e desejar um bom ano de 2013 para todos.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Esta é uma intervenção mais uma vez sobre a rede escolar do concelho de Coimbra. A CDU lembra que no passado mês de Abril, trouxemos a esta Assembleia a preocupação quanto ao que se perspectivava – fusão/agregação de agrupamentos a escolas secundárias, num plano apresentado pela DREC para 2012/2013 e, numa segunda fase 2013/2014.

Em Julho, por decisão unilateral da DREC, foram constituídos três mega – agrupamentos... foram impostos à revelia das posições contra dos conselhos gerais das escolas, dos conselhos pedagógicos, das associações de pais, do conselho municipal de educação e da própria assembleia municipal, que votou favoravelmente uma Moção aqui apresentada pela CDU.

Acontece que a DREC tem em marcha a agilização da agregação das escolas e agrupamentos previsto para o ano lectivo 2013/2014... tal é a pressa que é no decorrer de um ano lectivo que se pretende alterar o desenho organizacional dos restantes agrupamentos e escolas secundárias. As CAP (comissão administrativa provisória) serão constituídas já em Janeiro...O desnorte é tal que um dos agrupamentos de Coimbra, que é TEIP, foi aliciado pela DREC, em Outubro, a estabelecer um contrato de autonomia (um outro modelo de gestão que o MEC tem vindo a implementar) com a contrapartida de que não iriam agrupar com outro agrupamento ou escola secundária!!! Contudo, embora a proposta tenha sido aceite pelo agrupamento em causa, nem tiveram tempo de aceitar o “tal” contrato de autonomia... pois já estava em cima da mesa a proposta de agrupar com uma escola secundária!!! Referimo-nos ao agrupamento Rainha Santa Isabel (Pedrulha) e secundária D. Dinis.

Senhor Presidente da Câmara de Coimbra

A CDU não apresenta aqui hoje uma Moção, por considerar que a apresentada e aqui aprovada a 26 de Abril, se mantém actual nos pressupostos e nas exigências.

O Sr. Presidente, há data, referiu que este executivo pretendia “uma ano lectivo tranquilo”, pelo que, 2012/2013, seria o tempo necessário para, com ponderação, se reflectisse sobre a reorganização da rede escolar... Não foi isso que aconteceu e, tal como a CDU aqui criticou, a Câmara aceitou de forma passiva esta decisão.

Questiona a CDU Sr. Presidente – A autarquia de Coimbra vai acatar mais esta imposição?

A CDU contesta todo este processo e considera abusiva a forma como a DREC impõe as intenções do MEC, desrespeitando timings, escolas, comunidade educativa e órgãos autárquicos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades:

“Não venho aqui voltar a falar em demissões, isso já teve o seu tempo.

Venho aqui dizer que espero que 2013 seja um bom ano de paz e saúde, só que só assim poderemos fazer face àquilo que se anuncia como tão mau que aí vem.

Dizer que concordo com as palavras proferidas aqui pelo Carlos Ferreira, e não poderia estar mais de acordo com ele quando diz que houve gente de a votar contra esta má reforma, apresentada pelo governo, ratificada por muita gente, mas felizmente não rectificada por 2/3, dos municípios deste País e dizer que, concordo com ele quando diz que, muita gente trabalhou, outros trabalharam menos e houve gente que não trabalhou nada! Principalmente por serem pressionados, a outros deram um rebuçado, dizendo que poderiam ter mais de 20% de redução de freguesias nos seus concelhos, e principalmente dizer-lhes que, poderiam ser candidatos mesmo em final de limite de mandatos, serem candidatos a uma nova unidade territorial.

Quero dizer-vos que esta guerra ainda não acabou, houve algumas batalhas, mas da minha parte irei lutar até ao final. E esse final passa por apresentar providências cautelares nos Tribunais. Irei até ao fim, até ao último minuto, até ao último segundo até que possa efectivamente contrariar esta famigerada lei, que foi efectuada só tendo em vista estar contra os autarcas, estar contra as populações.

Dizer-vos também a título informativo que a ANAFRE nacional no dia 5 de Dezembro, se deslocou a Bruxelas, através de um dos seus vice-presidentes, no sentido de, a ANAFRE pensa e tem argumentos para isso, que houve uma violação clara da Carta Europeia da Autonomia Local e por isso, foi a Bruxelas entregar um comprovativo de que o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autarca viola normas da Carta Europeia da Autonomia Local

A ANAFRE refere que, se reuniu com a Comissão para a coesão territorial à qual entregou um documento que alerta para a desconformidade da lei 22/2012, face à Carta Europeia de Autonomia Local, ratificada pela República Portuguesa.

A Associação salienta que a Carta Europeia de Autonomia Local, impõe a obrigação de consulta aos órgãos das Autarquias Locais em todas as questões que directamente lhe interessam meramente quando estejam em causa a alteração dos limites territoriais locais. Além disso refere ainda, que a lei estabelece a emissão de parecer pelas Assembleias de Freguesias contra a agregação, posição que deve ser ponderada pelas Assembleias Municipais, a quando a sua pronúncia e que deve ser enviada à Assembleia da República.

Contudo a ANAFRE sustenta que esta lei deveria ser precedida durante o respectivo processo de elaboração de consultas às freguesias potencialmente envolvidas, na Reorganização da Administrativa Territorial Autárquica e que esta audição aos órgãos autárquicos era possível e portanto a sua omissão violou a Constituição.

Estamos à espera que a COTER imita a sua opinião e faça daí uma recomendação a ser enviada ao Estado ao Governo Português.

Queria aqui deixar algumas considerações, ao trabalho da Unidade Técnica.

Sabendo que não é um trabalho fácil, sabendo que quem o fez foram técnicos das mais diversas entidades, como seja do Ordenamento do Território, da DGAL, das Comissões de Coordenação, Presididas pelo senhor Prof. Manuel Porto.

A pergunta que lhe deixo Senhor Prof. o que valeu haver pronúncias de algumas Assembleias Municipais? Ou não haver pronúncias?

Lembro-lhe dois casos, lembro-lhe o caso de Arganil, o que valeu a Arganil fazer a pronúncia para a Unidade Técnica? Os senhores da Unidade Técnica presidida por V. Exa. consideraram que a proposta que Arganil apresentou não prestava, a vossa é que era boa! Arganil vai recorrer para os Tribunais, e muito bem que tem razão para isso, ninguém melhor do que eles sabem o que interessa às suas populações.

Na Assembleia Municipal chegaram à conclusão de que deveriam emitir uma pronúncia, emitiram a pronúncia, e neste caso para a Unidade Técnica a pronúncia que eles fizeram não serve.

Como outro caso o da Figueira da Foz, o que se passou na Assembleia Municipal foi uma autêntica vergonha, onde os próprios Presidentes de Junta não respeitaram o parecer da sua própria Assembleia de Freguesia.

Tavarede, o voto que tem na Assembleia Municipal não respeita a deliberação da Assembleia de Freguesia. Isso não se deve não se pode admitir de maneira nenhuma.

Penso que nenhum de nós aqui presente não tínhamos esse descaramento e porquê, porque lhe deram um rebuçado, dizendo-lhe se aceites a tua freguesia passará, porque a proposta da Unidade Técnica não dizia isso na altura, Tavadede era para agregar.

Assim, passou a rural, nós sabemos o que existe em Tavadede, existem uns hipermercados, blocos habitacionais e portanto, passou para rural e passou na Unidade Técnica. Já Buarcos teve o reverso da medalha. Pela Unidade Técnica era rural não sei como, mas na Assembleia Municipal passou a urbana, então vamos agregar a freguesia de Buarcos a outra freguesia urbana de S. Julião.

Mas não ficaram contentes com isso, com o debate com o Secretário de Estado no Casino da Figueira da Foz, o nosso colega José Elísio, disse ao Secretário do Estado Paulo Júlio, que só por cima do cadáver dele, mexeriam na freguesia de Lavos, então vamos ter que salvaguardar a freguesia de Lavos e mais, foram à freguesia de Vila Verde e retiraram mais de 50% de território da freguesia que anexaram à freguesia de Lavos, na própria Assembleia Municipal. Isto é inadmissível! No entanto, Senhor Professor lamento que tenha feito a sua assinatura por debaixo e aceitando esta proposta.

Será que leu esta proposta conscientemente e aceitou-a? Isto é inadmissível o que se passou na Figueira da Foz, antes vale mais não fazer pronúncia do que ter atitudes destas. E depois ser a Unidade Técnica a endereçar para a Assembleia da República. Acho que é vergonhoso!

Quando aqui nos disse que, aceitaria apesar de estar contra a extinção de qualquer freguesia, disse que aceitaria integra nesta Unidade Técnica para minimizar os estragos. Por isso, pergunto e espero que responda o que é que minimizou nos estragos? Por exemplo, na proposta para Coimbra não põe a sua assinatura porque?

Só se for por não concordar com os arranjos que lá estão!

De qualquer maneira quero dizer que ainda não perdemos a esperança, temos ainda o Presidente da República que depois daquela concentração de índole cultural, também política mas, efectivamente decorreu sobre o signo da educação, sob o signo de saber estar, de saber estar, claro com patrulhamento policial, que não foi preciso para nada, só para gastar dinheiro que tanta falta nos faz. Não foi preciso para nada porque a boa educação e o saber estar vale muito.

Para terminar, queria deixar um desafio ao senhor Presidente de Câmara, esse desafio que lhe lanço senhor Presidente, é que possa seguir o exemplo de Presidentes de Câmaras aqui ao lado, como seja Mealhada, Cantanhede, Figueira da Foz, Arganil Lousã e Penacova e em conjunto com os autarcas de freguesias, que assim o queiram em última tentativa para que todos em conjunto trabalhemos para que possamos apresentar providências cautelares e irmos até ao fim nesta questão. Uma vez que o senhor já o afirmou que é contra esta reforma. Então sejamos todos unidos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Em primeiro, dizer ao deputado Mário Carvalho, sobre a problemática dos corvos marinhos que se estivéssemos a falar de gaiotas e afins, poderíamos pensar que era uma praga, mas falando de corvos marinhos, significa tão somente, e que de facto a população deve estar equilibrada, a freguesia de Santa Clara tem um bom ambiente e uma boa qualidade ambiental. Só vem para se

refugiar em águas interiores fora dos estuário e da zona marinha, significa que de facto a qualidade ambiental em Coimbra é de excelência.

A outra questão tem a ver com a minha freguesia quero dizer tão sómente o seguinte:

É uma luta de há muitos anos, a ida dos transportes municipalizados a Souselas. Agradeço claramente à Câmara Municipal de Coimbra e ao administrador dos SMTUC, de levar os autocarro ao centro de Sargento–Mor, fico agradecido por esse esforço.

Mas ao fim destes anos todos, acho que já faz tempo também, que o autocarro não pare na freguesia do meu vizinho que sirva na totalidade a freguesia de Torre de Vilela, que vá ao Ribeiro e que vá precisamente a Souselas. Não podemos ver o autocarro a parar, a 600 metros que seja do centro de Souselas! Isto porquê? Porque a TRANSDEV não faz um serviço adequado, apesar de ter um alvará de exploração para aquelas zonas, não corresponde àquilo que deve ser um serviço público e a CP/REFER, nunca sabemos quando há comboio porque está sempre em greve. Portanto, nem para lá nem para cá.

Mas de facto o normal é as pessoas chegam à estação não há comboio, foi suprimido. Ou por greve, ou por decisão de Lisboa, ou por o outro centro de comando que é do Porto.

Face a isto, não obstante termos caminho de ferro, não obstante termos transporte de autocarro, não temos coisa nenhuma, com horário desajustados, desfasados das necessidades das populações locais.

Por isso é um apelo que aqui faço, naturalmente pedindo um empenhamento do Senhor Presidente da Câmara, e naturalmente também o empenhamento do senhor administrador dos SMTUC a quem já aqui agradei publicamente aquilo que fez no passado e seguramente que estás duas freguesias, seria reconhecidas porque é necessário e é preciso.

Por último, como sabem eu tive sempre a mesma postura do princípio até ao fim, ou seja, tinha uma posição que era clara, lutei ao lado da população, independentemente das consequências políticas pessoais que houve sobre a minha pessoa. Foi-me indiferente, é uma questão de princípios, e na questão da Reforma Administrativa e Territorial foi também uma questão de princípio independentemente dos SMS, de mensagens, porém na minha boca aquilo que eu não disse, isso é me completamente indiferente. Porque quando estamos nos partidos temos que ter massa critica, e quando não concordamos temos que ter a coragem de dizer que não concordamos, porque não somos seguidistas e eu como não sou um seguidista, e que não vergo a coluna nomeadamente a alguns que nem sequer ganha o condomínio deles em eleições, mantive a minha posição e a minha postura.

Sempre com o respeito ao senhor Presidente de Câmara e pela Assembleia Municipal.

Para dizer o seguinte:

Eu foi eleito para defender a minha freguesia, de facto fui eleito por uma lista de um partido, que respeito e agradeço ter confiado em mim essa incumbência de lutar pela minha freguesia. Mas em primeiro lugar eu sou de Souselas, e defendo a freguesias de Souselas.

Que fique claro para muita gente, porque não está, dentro do meu traço genético trair a minha freguesia, em circunstância alguma, senão, não seria candidato a Presidente de Junta.

Posto isto, dizer o seguinte:

A ANAFRE distrital, disse o que disse na comunicação social é uma posição interna, não pode vir para aqui fazer política porque isto não é o local da ANAFRE distrital é da ANAFRE Nacional. Portanto, a nossa posição é muito clara, e portanto houve alarido a mais, em função daquilo que agente disse. As nossas posições já são conhecidas há muito tempo, são públicas e portanto não havia necessidade de tanto alarido. Porque nós somos autarcas responsáveis.

Quero dizer o seguinte:

Nós fomos à Assembleia da República ver o debate no dia 6 de Dezembro, profundamente triste.

Quero agradecer aqui publicamente ao deputado Rui Duarte, foi uma pessoa extraordinária, eleita pelo Partido Socialista, temos que fazer honra a quem o merece, porque foi o único deputado, que nos atendeu o telemóvel para nós podermos entrar, em nome de todos, fico eternamente grato pela atitude dele e pelo seu empenhamento.

Também uma deputada da PC tinha demonstrado todo o interesse de nos ajudar, também os meus agradecimentos.

De facto, nesse debate foi uma pobreza franciscana a ver que o grande argumento de um deputado por sinal do partido que eu fui eleito, dizer perante todos que esta reforma permitiu uma coisa é que todos os portugueses deveriam ter uma freguesia. De facto, sinceramente é quem não percebe nada disto.

Quero dizer, que de facto a reforma deveria ter começado por cima, e vou dizer por onde deveria ter começado.

A Assembleia da República é o órgão máximo da soberania do Estado, era por aí que deveria ter começado esta Reforma Administrativa.

Em primeiro lugar, limitação de mandato;

Segundo, menos assessores, menos staf, menos secretários, menos gente de levar o copinho da água, como nós vimos e trazer o copinho, menos gente para levar a folha da fotocópia e trazer a folha da fotocópia;

E menos deputados! Era por aí, o exemplo que deveria ter começado de cima, e depois nós autarcas também cá estaríamos para receber a reforma Administrativa se ela fosse justa e correcta. Era por aí, não é fazer leis para os outros, mandar sobre os outros e não respeitar a decisão dos órgãos que foram eleitos em termos locais as Juntas de Freguesia, as Assembleias de Freguesia, as Assembleia Municipais, Câmaras Municipais e populações.

Porque de 2/3 a mais de municípios disseram, ou não se pronunciaram havia que se fazer uma leitura política desta reforma e concluir que, objectivamente da forma como estava ser feita não haveria condições para a fazer.

È pura e simplesmente a minha opinião. E esta opinião não ofende rigorosamente ninguém.

Claro que fico contente por alguns deputados votaram a favor, serão excelentes candidatos a Presidentes de Junta. E na terra de origem já estarão disponíveis para fazerem aos seus partidos naturalmente, digamos dar essa incumbência, e oferecerem-se voluntariamente para isso.

Andam por aí a colocarem a responsabilidade sobre nós, que nós somos é que somos culpados porque não nos pronunciarmos. Pois estão enganados. Pois aqui

é que há-de se defender os autarcas de freguesia, porque não fomos nós que erramos, nem somos os culpados. Os culpados foi quem assinou o memorando da Troika, ou seja o governo anterior, o governo actual que implementou o sistema, os deputados que votaram a favor, e naturalmente a Unidade Técnica.

Para terminar, para ir à Unidade Técnica, o máximo de respeito que tenho pelas pessoas, não perceberam o que é que estavam a fazer. Como os senhores deputados precisavam que alguém fizessem o trabalho por eles e para se defenderem que foi trabalho da Unidade Técnica, pura e simplesmente convidaram um conjunto de personalidades que merecem o meu respeito e eles fizeram a proposta para eles depois votarem a favor aquilo que eles queriam, para depois dizerem que a culpa foi da Unidade Técnica e não nossa.

Porque todos conhecemos este mapa, já foi apresentada em alguns fóruns e já aqui estava a percentagem, muitos antes da Unidade Técnica, e o número de freguesias a ficar em Coimbra. Só não diziam quais! Portanto, os valores já estavam estabelecidos há muito tempo.

Eu não concordo com o trabalho da Unidade Técnica, discordo profundamente, e junto pedido por escrito à Unidade Técnica para me dizer as razões objectivas, os critérios e as razões de facto e de direito que levaram a agregação da freguesia de Souselas e a freguesia do Botão. E em nome da transparência e do direito à informação, sabem qual a foi a resposta que tive até hoje, foi nenhuma! Mais ainda o caso de Souselas e do Botão porque falo no meu caso concreto, tem uma frase, união das freguesias, a) nº de habitantes mais a união da freguesia b) nº de habitantes. Nem um parágrafo de nota justificativa.

Eu enquanto Presidente de Junta e os cidadãos da minha freguesia tem o direito de saber de forma concreta e objectiva quais foram os critérios subjacentes, a esta proposta da Unidade Técnica. Tenho o direito de saber! A não ser que haja motivações de natureza política, ou então porque o Presidente Freguesia de Souselas tem tido estas posições e de facto foi esse o critério.

Havia três freguesias fora de Coimbra que tinham o critério de população: Souselas, Almalaguês e Cernache. O que vou dizer não é nada contra às outras, só dar exemplos a justificar as minhas razões. A única que foi agregada foi a de Souselas com Botão cumprindo o critério que estava na lei nomeadamente no artº8 da alínea c). Eu queria saber o porquê?

E simultaneamente outras freguesias que não vou nomear nomes por respeito, que não cumprem o critério de população de Coimbra ficaram sozinhas. Devem ficar sozinhas têm o direito de existirem. Agora não entendo, como o critério enclave, serviu nuns lados e não serviu nos outros. Isto faz-me lembrar no concelho de Trancoso duas freguesias que foram agregadas e agora estão contra, qual é o argumento das pessoas é que, nós até aceitávamos a reforma, ou pelo menos a agregação, mas assim estamos de costas viradas porque temos uma montanha pelo meio.

Se isto não tivesse sido feito à pressa até as populações, isto poderia ser aceite agora assim não deveria ter sido feita de outra maneira.

Em conclusão, penso que foi feito um mau trabalho, não ajudou o País, não ajudou ninguém. Isto foi a Reforma Administrativa dos ricos e dos pobres. E vou nomear quem são os ricos e os pobres.

Fez-se uma lei geral que foi a lei nº 22, aqui a Unidade Técnica não tem culpa nenhuma, a lei geral para o País, e de facto para Lisboa não se aplicou essa lei, e fez-se uma à parte argumentando que já estava a decorrer e com os milhões de

euros do Orçamento Geral do Estado, vão ser transferidos para essas juntas como competências e o resto do país são as freguesias de terceira.

Esta é a verdade objectiva e concreta. Por isso, então a lei aplicava-se a toda a gente., até aqui houve tratamento diferenciado entre as freguesias.

E assim sendo o João Pardal que muito se goste dele ou não, não poderia ser naturalmente a favor. Eu sou aquele que não me vergo, não me dobro, enquanto for Presidente de Junta de Souselas, é assim que sou, é assim que serei e irei terminar o mandato. Portanto, não vou parar até ter o direito de ser informado, pura e simplesmente eu quero ser informado de forma clara e objectiva e que possa afixar na Junta e dizer aos souselenses, houve está proposta porque foram feitos estes e estes critérios. E vos garanto que este pensamento é de muita gente. Esta dito aquilo que penso, esta dito aquilo que eu vou fazer e a minha posição mantêm-se da mesma forma com a mesma coerência e com a mesma verticalidade.

Vou entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal um documento que foi remetido por V.Exa. não o vou ler aqui, mas de facto é um documento que caracteriza aquilo que é a Freguesia de Souselas, pelo menos fica para a história, e que seja apenso à própria acta.

Este documento faz parte integrante desta acta.

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Há pouco quando vinha para esta Assembleia, passei na rua da Sofia por um quiosque que já é habitual eu frequentar, e o qual está ali instalado há mais de 50 anos. Ao dono de uma tabacaria, pedi-lhe para me vender o jornal, ele respondeu-me que hoje já não iria vender mais jornais, porquê a partir do próximo ano iria encerrar o estabelecimento. Na minha modesta curiosidade perguntei-lhe porque, disse-me que independentemente da idade, que não ganhava para as despesas, e por isso era obrigado a fechar portas. Enfim! É com espírito com que todos nós teremos que enfrentar o futuro, o que desejo é que o próximo ano seja com solidariedade, também com saúde e fundamentalmente com esperança, porque nós não poderemos perder a esperança neste País! Este País é o País que todos nós construímos e temos a obrigação de assim permanecer, porque qualquer cidadão deste País, não pode vergar perante as vicissitudes do actual momento.

O senhor deputado José Lucas há pouco, confesso que até estou com parte de acordo, fez referência à Constituição através desta proposta de lei a lei 64/12 que a Assembleia da República, teve a oportunidade de aprovar em relação às novas entidades intermunicipais. Confesso que esta proposta de lei não seria aquela que eventualmente eu estaria à espera, à espera de algo um pouco melhor. Mas também confesso que em relação às Comunidades Intermunicipais, e designadamente a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, é uma entidade politicamente vazia.

É uma entidade que na prática, tem feito o quê, as funções que competem designadamente à entidade que deveria fazer a gestão dos programas de desenvolvimento regional no âmbito do QREN. É em relação a isso que efectivamente, a maior parte das vezes, aquela Comunidade Intermunicipal se reúne, é pouco, durante todos estes anos, aquilo que tem feito em termos de desenvolvimento regional. É por essa razão que, gostava de perguntar ao senhor Presidente de Câmara, que perante esta nova realidade jurídica de gestão do

território, o que é que pensa o Senhor Presidente de Câmara, porque acho que chegou o momento de Coimbra se afirmar verdadeiramente como uma líder regional, mas líder regional no sentido de criar escala em termos económicos, de criar condições para que todo a gente possa ter mais emprego, e como é que nós lá poderemos chegar. O que é que Coimbra pensa, em termos de implementação, ou em matéria de transportes metropolitanos, ou que é que Coimbra pensa exactamente no âmbito da rede abastecimento público de água, do saneamento em termos regionais. O que é que Coimbra pensa do ponto de vista do desenvolvimento e da articulação de todo os concelhos que podem fazer parte desta entidade, e que é fundamental que assim aconteça. Porque Coimbra não termina em Ceira, e depois estão de costas voltadas, para o Pinhal Interior Norte, nem está de costas voltadas para outros concelhos, que fazem parte da nossa integração política que é regional. Eu gostava de facto de saber o que é que o senhor Presidente de Câmara como é que ele pensa em implementar exactamente este tipo de políticas que é fundamental para que Coimbra se possa afirmar num contexto nacional com a reputação e o prestígio que as nossas instituições nos conferem.

É neste sentido, com alguma preocupação, e todos nós órgãos da comunicação social, temos ouvido falar na eventual possibilidade de fusão dos sistemas multimunicipais, as “Águas do Mondego” designadamente com a SILIS, ou com outras ou com parcerias das “Águas de Portugal” ou “AC, Águas”. Eu quero referir que a “AC, Águas”, é a jóia da coroa deste Município, é a jóia da coroa desta região, é a jóia da coroa do Baixo Mondego, do Pinhal Interior e daquilo que se quiser chamar a esta região. Por isso, gostava de saber efectivamente o que é que o senhor Presidente da Câmara, nos pode dizer, como é que nos pode confortar. Estou preocupado, não gostava de perder, efectivamente que esta Câmara Municipal perdesse o domínio, quer em relação às “Águas de Coimbra”, quer em relação à sua participação consideravelmente elevada nas “Águas do Mondego”.

Nós não pudemos ceder, de qualquer maneira, isto faz parte do nosso património, é um património alienável faz parte da nossa identidade, Coimbra integrasse na bacia ideográfica do Mondego, temos uma identidade que temos que preservar.

As “Águas do Mondego e as “AC Águas de Coimbra” não podem sair do domínio estratégico desta Câmara Municipal.

A deputada Joana Martins apresentou uma proposta à Mesa em relação Orçamento Participativo Jovem.

Em relação ao deputado José Lucas gostava de reafirmar o seguinte:

Nós nunca tivemos uma postura nesta Assembleia de arrogância, sempre soubemos ouvir as pessoas e de alguma forma sempre quisemos anotar as boas participações, nunca gostámos de maneira nenhuma de entrarmos por aquele tipo de linguagem que em pouco e muitas vezes nada dignifica esta Assembleia.

Coimbra merece inovação política, Coimbra merece o nosso respeito e nós estamos aqui a representar, em geral, as populações de Coimbra. E nesse sentido, acho que talvez tenha sido percepção sua, quando diz que tentamos ridicularizar alguma proposta do Bloco de Esquerda no sentido da apresentação de um Orçamento Participativo. Penso que na altura não estivemos de acordo, quanto à forma que o mesmo foi apresentado, tanto mais que não gostaríamos que forçar a política do Executivo, na medida em que, cabe a este Executivo,

apresentar as linhas estratégicas das Grandes Opções do Plano e de um Orçamento em relação à gestão do Município.

Confesso que estando, em parte, a possibilidade de se estudar este orçamento participativo, naturalmente que não poderia estar de acordo com a imposição de uma determinada verba, porque essa verba terá que ser naturalmente reflectida e ajustada de acordo com as possibilidades, da Câmara Municipal.

E por isso mesmo, e por isso mesmo eu surgiria à senhora deputada Joana Martins, que em vez de colocar a verba concreta que indicou, que essa verba se situasse de acordo com as possibilidades do Executivo Camarário.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS)

“Queria apenas deixar uma referência sobre a Moção apresentada pela deputada Joana Martins, sobre a implementação em Coimbra dos Orçamentos Participativos Jovens.

Tive a oportunidade de ler esta moção, e efectivamente eu concordo com esta moção e como tal vou subscrevê-la, e naturalmente apoiá-la, porque isto é uma reivindicação à muito da JS, e pertence efectivamente a uma orientação que faz parte da estratégia nacional, à semelhança, como aqui está referido daquilo que já se passa em Condeixa, portanto queria louvar esta mesma iniciativa.

No entanto, quero deixar aqui claro pesar de estar a favor, que não concordo com a estratégia aqui apresentada.

Não concordo com a estratégia aqui apresentada apenas por duas notas muito distintas. Porque efectivamente para mim, é complicado olhar para um Orçamento Participativo Jovem sem olhar para um Conselho Municipal de Juventude. Compreendemos que efectivamente essas referências não estejam aqui porque este Conselho Municipal de Juventude teima em não existir em Coimbra, teimamos ano após ano a vir aqui a esta mesma Assembleia Municipal falar dos Conselhos Municipais de Juventude e efectivamente o Executivo pouco ou nada faz.

No entanto, não posso deixar de terminar esta intervenção sem referir que para mim é no mínimo surpreendente que a própria JSD apresente aqui nesta Assembleia Municipal este orçamento e que não fale dos Conselhos Municipais de Juventude e portanto para mim é uma certa ousadia que se venha aqui falar em participação cívica, que se venha aqui no fundo apelar à participação dos jovens e sobre os Conselho Municipal de Juventude não há uma única palavra.”

Intervenção da deputada municipal Joana Martins (Por Coimbra):

“Gostava de agradecer a intervenção ao deputado Moisés Geraldês. Possivelmente iremos rectificar, apesar do valor que nós propusemos era apenas uma indicação e não algo para ter sido certo em conta pela Câmara.

Em segundo lugar, em relação aos Conselhos Municipais de Juventude, tenho pena que o deputado André não tenha estado presente na minha intervenção mas de facto eu terminei-a a pedir ao senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre a situação do Conselho e continuo à espera da resposta. Por isso não foi esquecimento da JSD naturalmente.”

Intervenção do Presidente da Assembleia - Manuel Porto:

“Em relação à Unidade Técnica poderão compreender que, para mim, foram uns meses difíceis, porque tenho aqui muitas amizades. Quando fui convidado para

substituir o Prof. Jorge Gaspar tinha duas hipóteses. Uma delas, era dizer que não, não teria tido os problemas que aqui tive com comentários desagradáveis. Mas tendo estaria hoje a pensar que não teria cumprido uma obrigação que deveria ter correspondido. A outra hipótese era aceitar. Fazendo, terá sido culpa dos meus pais que me ensinaram e educaram no sentido de tentar contribuir para alguma coisa em que possa ser útil. Fui educado e habituado no sentido de tentar responder aos desafios. Por vezes, arrependo-me outras vezes não, aqui neste caso devo dizer que estive algum tempo arrependido.

De qualquer maneira, a outra pergunta muito directa foi sobre em que é que poderia influenciar as coisas. É evidente que eu sabia que a Unidade Técnica não poderia alterar a lei. Mas poderia ter alguma influência em dois tipos de circunstâncias.

Uma era tentar chamar a atenção das pessoas para as vantagens das pronúncias, estando convencidos de que a lei não seria revogada: com um email dirigido a todos os responsáveis dos órgãos autárquicos do país, lembrando as majorações e que assim seriam os próprios, nas Assembleias Municipais, a fazer as escolhas (conhecendo o terreno melhor do que ninguém). Mas não consegui convencer os meus conterrâneos. E quando vejo o Senhor Deputado Veloso falar em Arganil ou na Figueira da Foz olho para os números e fico com inveja: por exemplo com o município da Figueira a descer de 18 para 14 juntas, com os membros da Assembleia Municipal a ter decidido, e Coimbra a descer de 31 para 18, não posso deixar de ficar com inveja.

Depois a outra margem de manobra, e digam-me se haveria outra, seria a de. Sendo membro da Unidade Técnica (não estando fora), em todas as votações tentar que houvesse um máximo de freguesias. Foi o que aconteceu, admitindo ter tido algum peso nisso, mas estando nós limitados por lei casos em que tinha havido pronúncia. Fiz bem em ter aceite o desafio, ainda que tenha sido uma só freguesia a ficar a mais...

Há um pormenor que devo ainda esclarecer, é o seguinte: por que é que não assinámos quando se tratava de causa própria. Não foi ideia minha, foi de um colega de outro município, que pediu que fosse assim, sem qualquer outra intenção. Foi, repito, não se querer ser juiz em causa própria.

Por outro lado, não posso deixar de falar sobre a competência da Unidade Técnica: como obrigação moral, mas não só por isso. Tenho uma experiência muito grande de direcção de serviços de ordenamento do território, conhecendo bem a área. Fora a minha pessoa, posso pois bem dizer que, na linha das experiências anteriores, se tratava de pessoas com a maior competência; competência enorme que todavia, tal como a lei admitia e todos nós reconhecíamos, não poderia substituir por completo o conhecimento direto das coisas.

Repito, pois, por que é que, havendo uma maioria nesse sentido, teria sido a favor da pronúncia: por ter havido uma majoração de 20 % nas autarquias a manter, com mais verbas, como é também sabido, além disso com participação dos representantes locais. Ficarei para sempre com a mágoa de que tal não tenha conseguido, mas com a consciência tranquila por, ainda que com situações muito desagradáveis, não ter fugido às minhas responsabilidades, tendo-me sido dada a possibilidade de ter tido alguma participação.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº8 de 27 dezembro de 2012.....Aprovada em 29 de Abril de 2013

“Tem sido hábito últimos anos, de fazermos uma pequena interrupção nas festas para estarmos aqui todos, nesta última reunião da Assembleia Municipal. Parece e segundo informações que vêm hoje na comunicação social, a própria Associação Nacional de Municípios ainda sabe muito pouco sobre o assunto da nova Lei de Finanças Locais, mas os orçamentos das Câmaras passarão a ter que ser apresentados 2 meses mais cedo. Portanto, talvez faça com que no futuro, deixe de ser necessário interromper este período de festa de família, para virmos aqui nos últimos dias de Dezembro tratar da questão de orçamento e GOP.

Por falar nisso, queria dar uma breve nota, sobre esta questão da Nova Lei das Finanças Locais, terá ido hoje a Conselho de Ministros o primeiro passo para uma nova Lei de Finanças Locais. Onde algumas matérias sobre as quais ainda se sabe pouco, mas há um ponto de reflexão que tem a ver com o futuro de todas as outras autarquias. É aquela questão de se fazer um fundo, que vai alimentar-se do IMI de todos os Municípios para salvar os Municípios que andaram a fazer asneiras nos últimos anos. Há Municípios que tem dívidas de curto prazo, que valem mais, do que o orçamento todo da Câmara de Coimbra, há Municípios assim em Portugal.

E esta ideia para que salvar esses que nos últimos anos andaram a fazer obras a mais e a gastar dinheiro a mais, e que agora se vai buscar dinheiro ao IMI dos outros para salvar estes é uma ideia que, no mínimo merece alguma discussão. Espero que ainda haja tempo para introduzir, alterações na lei que hoje foi a Conselho de Ministros, porque de facto o princípio geral que é por os Municípios que se portaram bem, contribuir para aqueles que se portaram mal, é no mínimo muito duvidoso.

Fica aqui esta nota.

Rapidamente vou responder a algumas das perguntas que aqui foram feitas.

A primeira, sobre o Conselho Municipal de Juventude, isso numa das reuniões de Outubro da Câmara Municipal, foi aprovada a proposta de regulamento, que já assinei, para o envio da publicação dessa proposta, que terá agora um período de discussão pública e no final do qual será possível finalizar esse processo e constituir o Conselho Municipal de Juventude. Tenho a certeza que nos primeiros meses do ano 2013 o Conselho estará finalmente constituído.

Sobre o Orçamento Participativo Jovem, tive a oportunidade de conversar com alguns deputados municipais. Julgo que estamos em condições de fazer neste ano de 2013, de prepararmos para que no orçamento de 2014, uma pequena parte do nosso orçamento esteja disponível, para que de uma forma competitiva, grupos de jovens, não tem que ser apenas Associações formalizadas possam apresentar os seus projectos e tenham a possibilidade de ver a sua ideia vencer, portanto, ver o seu projecto concretizado.

É uma boa experiência que alguns Municípios têm feito, que têm sempre um carácter muito limitado, trata-se sempre de uma verba pequena. Quando falei com os deputados municipais dei-lhes indicações nesse sentido. Acho que de facto estamos na altura certa para avançar, sobretudo tentando apanhar as boas ideias, que há por aí, e que muitas vezes nos passam ao lado. É no fundo este principal objectivo, do Orçamento Participativo Jovem. É trazer gente que anda arredada destas coisas da coisa pública, da política, trazer esta gente e estas ideias para o usufruto de todos.

Em relação à questão da Académica, queria dizer ao deputado Carlos Clemente, que nós hoje em dia estamos sujeitos desde a alguns meses a uma espécie de nova ditadura. É a ditadura da lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

Até agora levar ou não levar um assunto a reunião de Câmara, era algo que dependia da vontade dos senhores vereadores, da vontade do senhor Presidente, e dependia depois da opinião que a Câmara formar-se sobre esse assunto.

Desde a alguns anos a esta parte deixou de ser assim. Só é possível a questão de sequer ser levada à consideração da reunião de Câmara, quando uma questão técnica, que é uma declaração de fundos disponíveis, quando ela pode ser emitida e ela não depende da vontade de ninguém. É uma questão meramente técnica.

Já expliquei a questão ao Presidente da Académica, houve aqui um pequeno atraso, nós ainda não pudemos levar isto a questão à reunião de Câmara apenas porque não temos a possibilidade, ainda não foi possível até este instante emitir a declaração de fundos disponíveis, mas que será muito em breve, e assim que seja possível, irá à reunião de Câmara como estava combinado. Depois também naturalmente depende da vontade dos outros senhores vereadores, saber se a proposta passa ou não passa.

Aquela questão da venda ambulante, já foram entregues os primeiros exemplares.

Nós mandámos fazer um modelo de posto de venda ambulante adequado à nossa zona histórica, foi construído, concedido por técnicos da Câmara, foi já executado, já temos os primeiros cinco, só não quisemos coloca-los nestes primeiros dias de Dezembro porque num ano já tão conturbado, estar a obrigar as pessoas no mês de compras mais promissor em termos de compras, mas já em Janeiro iremos começar a colocá-los, não na Praça do Comércio mas será no Largo da Maracha. Era isso que estava previsto e se a experiência for boa vamos reaplicá-la nos restantes sítios. Foi isso que foi dito no ofício que a ideia seria vir a reaplicar a experiência que vamos fazer, nomeadamente no largo da Maracha depois na Praça do Comércio e noutros pontos do nosso Centro Histórico. É assim que acontecerá. Só não avançou, repito, porque não quisemos fazê-lo em dezembro, porque achamos que não era altura certa para o fazer.

Os megagrupamentos foram aqui questionados.

Quero dizer, que a Câmara Municipal de Coimbra, na sua última reunião tomou como seu o parecer do Conselho Municipal de Educação sobre esses assunto, porque é totalmente desfavorável, aliás o que já tinha acontecido no passado. Não nos parece sobretudo numa matéria sensível, como é as escolas, já num ano tão conturbado a tantos níveis, estar a mexer mais neste aspecto, sem grandes ganhos ou sem ganho nenhum, nem de operacionalidade e se calhar nem sequer de financeiro, não nos parece que essa seja uma boa opção, e portanto, a Câmara, aprovou por unanimidade, uma deliberação no sentido de concordar com aquilo que o seu Conselho Municipal de Educação de Coimbra veio dizer.

Vamos ter outra reunião do Conselho Municipal de Educação e este assunto eventualmente poderá vir a ser tratado. É a informação que tenho para dar.

Por último, queria fazer breve referência, à questão da nova organização das Comunidades Intermunicipais.

Julgo que estamos a caminho de corrigir um erro do passado.

Foi um erro de inserir Coimbra numa comunidade intermunicipal em que Coimbra estava na fronteira estava numa das pontas. No fundo, retirando um conjunto de municípios que estão obviamente interligados, por haver muita gente que vai e vem todos os dias, para trabalhar, estudar, ao médico, no fundo retirámos da nossa comunidade intermunicipal, um conjunto de municípios que deveriam estar unidos, porque estão unidos na prática a Coimbra.

Felizmente estamos a caminho de poder superar esse erro histórico, que foi cortar duas comunidades intermunicipais, exactamente aqui em cima de Coimbra. E voltar a dar a Coimbra do ponto de vista formal, a área de influência real que Coimbra já tem.

Não tenho dúvidas, de que isso permitirá quer a Coimbra, quer a todos os municípios que estão muito interligados com Coimbra, grande ganhos, no futuro. Por isso me empenhei tanto há tanto tempo para que isso fosse possível, e é com agrado, que vou vendo a maior parte dos municípios envolvidos neste rearranjo declararem-se de acordo com o que está a acontecer.

Sinal que também eles percebem que ganham se a nova comunidade intermunicipal tiver outra dimensão e tiver outra ligação a Coimbra do que aquela que tinha nos últimos e muitos anos.

Por isso é uma fase nova, que se abre na governação super municipal na região centro, que julgo e tenho a certeza que vai trazer uma grande responsabilidade em primeiro lugar a Coimbra, mas vai sobretudo trazer um horizonte de influência que até agora Coimbra não tinha, vai pelo menos ajudar a que esse caminho se continue a fazer.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Senhor Presidente da Câmara, que de facto estou a par daquilo que disse, e é verdade. Mas, também não deixa de ser menos verdade, que foi a Câmara que chamou a Académica, em Junho. É verdade a lei dos compromissos, tenho a obrigação de saber disso, e sei, senhor Presidente, mas também sei senhor presidente que foi dito pelo seu vereador, é pena não estar aqui presente, não é para acusar mas sim para informar os seus deputados municipais, as pessoas presentes e a comunicação social, que o senhor vereador disse nessa reunião que teria de ser dispendidos os 33 mil euros até ao último dia de 2012.

E porquê senhor Presidente, porque de facto, nós, Académica, colocamos e adquirimos equipamentos com base na certeza que V. Exa. deu, dizendo que havia boas notícias para o futsal da Académica, e que iríamos reunir com o senhor vereador. E foi o senhor vereador que garantiu o pagamento dos 33 mil euros, mas não são os 33 mil euros, é a parte de publicidade da camisola que já a exibí que andamos a vestir e a jogar, e que, ainda não recebemos nada!

Se V. Exa. aqui nos disser, a esta Assembleia garantidamente que o subsídio para as camisolas que virá em 2013 nos primeiros meses do anos, é uma belíssima notícias que dará e que eu levarei ao conhecimento da direcção da Académica, e dizer a V. Exa. que valeu a pena a minha intervenção.

Se assim não o for, senhor Presidente com o devido respeito é o mesmo do mesmo e andamos aqui a tentar fazer filhos em seara alheia.

A Académica anda a jogar, aparece nas televisões, com publicidade do Município de Coimbra, sem qualquer contra partida.

Em relação aos quiosques, dizer o seguinte:

Eu dei a V. Exa. o ofício que o seu vereador Paulo Leitão mandou é um despacho dele, dizendo exactamente que era até 15 de Dezembro, e já passaram 8 dias.

Não estou contra a metodologia que adoptou, estou contra é que se faça ofícios para as calendras.

Agora, o senhor Presidente fala no Largo da Maracha, o problema é na Praça do Comércio, e tem um ponto 3 que diz que a Polícia Municipal e os seus fiscais que são pagos pelos contribuintes para actuarem com celeridade nestas matérias deixaram aquilo ao Deus dará. Aquilo que ali está é um esgarço da Cidade de Coimbra.

O que se pretende é embelezar a nossa Cidade, a sua Cidade senhor Presidente, não mais do que isso.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“O Senhor Presidente deu aqui conta da posição quer do Conselho Municipal de Educação quer do Executivo Camarário.

Isso não nos descansa! Para que serve as posições, que se tomam se, se verificar o mesmo que se verificou em setembro. Porque é toda a comunidade educativa contra, e a DREC impõe.

É isso que vai acontecer novamente, é isso que, nós CDU defendemos e que não deve acontecer. É por aí que fazemos o apelo. Porque senão, de nada nos vale estar a dar pareceres e opiniões, reuniões dos Conselhos Municipais de Autarquia e o quer que seja, se depois a vontade dos conimbricenses, não se faz valer, perante estas instâncias.”

Intervenção Presidente da Câmara:

“Começando pelo fim, só para dizer que, infelizmente nem a vontade dos conimbricenses, nem a vontade de muitos outros municípios, que se têm manifestado contra, a estas agregações e que mesmo e que apesar disso são absolutamente ignorados.

Amanhã há uma reunião do Conselho Municipal de Educação, e este assunto vai ser discutido. Portanto, eu não queria estar a antecipar o que amanhã vai ser discutido, e que tipo de acções, juntos iremos empreender.

Quanto ao senhor deputado Carlos Clemente, para lhe dizer voltar a dizer o que diz respeito aos quiosques.

Que, estou a ler o ofício que me deixou, o que está escrito está exactamente correcto, previa-se que fossem entregues os primeiros 5 exemplares dos quiosques, e foram entregues não foram imediatamente colocados pela razão que já expliquei mas vamos prosseguir o caminho. Quanto à fiscalização tomei a devida nota do que agora juntou ao que já tinha dito.

Por último, aquela questão da Académica já disse aquilo que foi dito nessa reunião mantêm-se.

Apenas não foi possível tratar do assunto, por causa da tal ditadura dos fundos disponíveis mas estamos a tratar de a resolver.”

Terminadas as intervenções antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as moções apresentadas e atrás transcritas.

A primeira apresentada pela CDU “**Contra a extinção/fusão de freguesias, pela revogação da lei 22/2012.**

Aprovada com 33 votos a favor, 3 votos contra e 12 abstenções.

A segunda apresentada pela “Coligação Por Coimbra” sobre a “**Implementação do Orçamento Participativo Jovem**”

Aprovada com 51 votos a favor e 11 abstenções.

Aprovação de actas:

Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação as actas de 27 de Setembro e 10 de Outubro, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Por solicitação do Senhor Presidente Câmara o ponto 10 da ordem do dia foi retirado.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia propôs que os pontos seguintes até ao ponto nº 6 fossem discutidos em conjunto:

A apresentação das GOP esteve a cargo do Director Municipal - Olinto Vieira:

“Irei ser breve na minha apresentação para depois obviamente dar lugar às perguntas que entenderem apresentar.

Esta apresentação que vou fazer relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2013 inicia-se com um conjunto de factores que eu considero no contexto nacional que é importante fazer essa análise prévia, porque têm influência directa sobre o nosso orçamento de 2013 e são matérias que derivam directamente do Orçamento de Estado, e das suas imposições.

O que vem do Orçamento do Estado e que tem uma influência directa sobre o orçamento da Câmara Municipal de Coimbra.

Portanto, mantêm-se as reduções das renumerações totais e liquidas mensais superiores a 1500€.

A segunda questão, vamos ver qual é a versão que vem no fim e que é publicada, que refere que, deveremos proceder à entrega das quantias correspondentes às reduções remuneratórias nos cofres do Estado, que é o nº 10 do artº 26º, porque isto é uma novidade, este ano no orçamento que estamos a aplicar não existia esta imposição, mantêm-se a proibição de valorização remuneratórias, a redução no mínimo de 50% de número de trabalhadores a contrato de trabalho a termos resolutivos e a redução em 2%, dos recursos humanos da autarquia. Aqui, nesta última nota, há uma diferença face ao ano anterior que é significativa. Enquanto que, no orçamento para 2012, se impunha uma redução às autarquias que levava

em consideração, qual tinha sido a evolução em termos de aumento ou diminuição de número efectivo da Câmara para depois estipular, qual era a redução que era imposta para o ano 2012.

Este ano a redução de 2%, independentemente da evolução que foi verificada no ano anterior por parte da autarquia, esta e todas as outras. Isto para nós é significativo, porque como se vai ver a seguir a Câmara de Coimbra tem reduzido significativamente o número de efectivos e portanto, concerteza, já fez os seus 2% este ano, que deveria ser para o ano 2013.

Outra questão importante é a questão do aumento das participações, para a Caixa Geral de Aposentações, que passa de 15% para 20% e não só aumenta a taxa de 15% para 20% como a própria base de incidência altera e portanto, os montante que vamos ter que de contribuições para as aposentações vão aumentar significativamente, vou explicar até com números, qual é o impacto disso no orçamento para 2013.

As taxas contributivas, de trabalhadores em funções públicas, também aumentam e está ali explicado à reposição em duodécimos em subsídio de natal e mantém-se a suspensão do pagamento do subsídio de férias para rendimentos superiores a 1100€. Há uma alteração das regras de atribuição de ajudas de custo que, o raio agora aumenta e passa a ser 20km, o raio em que se passa a pagar as ajudas de custo, a diminuição do valor pago pelo trabalho extraordinário. Isto aqui é importante porque o valor hora, que se paga pelo trabalho extraordinário, volta a reduzir, e isto pode ter um impacto muito significativo na Gestão de Recursos Humanos da Câmara, porque se já em 2012, com a redução que ouve nós tivemos pré-avisos de greve às horas extraordinárias sem prazo, nós já a recebemos de uma Estrutura Sindical a mesma coisa para o ano de 2013. Porque para determinados trabalhadores, já nem compensa vir fazer essas horas extraordinárias porque o montante que recebem dessas horas nem dá para as despesas que tem até de deslocação para o local de trabalho. Portanto, isso pode ser bastante complicado, em determinados sectores da Câmara e nós já estamos a trabalhar para inclusivamente alterar a forma como está organizado o trabalho de modo a que, se sintam o menos possível no dia a dia, sejam menos afectados por estas alterações legislativas. Nomeadamente introduzindo em alguns sectores o trabalho por turnos, portanto estamos a estudar de forma pró-activa com alguns sectores de actividade para essa alterações já entrarem em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013.

Em termos de finanças municipais a participação das autarquias locais e impostos do Estado mantêm-se nos valores, mantêm-se a retenção 0,1% do FEF como receita da DGAL, mantêm-se os limites ao endividamento liquido de cada município, isto continua-se a estabelecer-se metas para a diminuição de endividamento municipal.

Relativamente ao IMI, isto é importante porque foi no fundo uma batalha das autarquias e que nós também publicamente, o senhor Presidente da Câmara se levantou contra esta intenção, nomeadamente do Ministério das Finanças, quer pura e simplesmente acabar com as cláusulas de salvaguarda relativamente ao aumento do IMI e derivado da reavaliação extraordinária de imóveis que está a decorrer, e elas mantêm-se em vigor quer a clausula geral que tem a ver com a questão dos 75 €, não poder ser um aumento superior aos 75€ por cada os próximos 2 anos, e clausula especial tem a ver com os tratos sociais mais desfavorecidos.

Aqui, tirei esta frase do relatório da apresentação do Orçamento do Estado também para 2013 para lembrar um bocadinho e, não me canso de lembra isto nos fóruns em que falo sobre estas matérias, e até por isso o senhor Presidente falou hoje que nas notícias vem mais uma vez na nova Lei das Finanças Locais, mais uma vez, no fundo se vem criar aquela imagem que as autarquias é que são as responsáveis por tudo mau que está a acontecer no País.

O que se verifica, e bem dito, não sou eu que o digo, não é o senhor Presidente da Câmara, nem nenhum membro desta Assembleia Municipal que o dizem, é o próprio relatório que acompanha a proposta o Orçamento do Estado para 2013, que diz que, as Autarquias estão a gerar excedentes, não estão a gerar défices, estão gerar excedentes. Ou seja, as autarquias estão a contribuir positivamente para que o Estado consiga, diminuir o défice.

Portanto, não é por responsabilidade das Autarquias Locais, ou por desgoverno das autarquias que o défice está nos valores em que está. Se há casos que se deve apontar o dedo e que devem ser corrigidos, concerteza como tudo na vida há maus exemplos, mas, o que é facto é que no conto geral a Administração Local está a gerar excedentes. Este gráfico que eu aqui apresento é retirado desse relatório da apresentação do Orçamento de Estado em que demonstra o quê. Que já a partir em 2010 a Administração Local tem gerado sucessivamente excedentes e excedentes cada vez maiores. O que significa que, nós, enquanto conjunto, estamos no fundo a ter disciplina e estamos a ajudar no fundo o Estado a cumprir os objectivos.

Relativamente em relação nossa da autarquia com o Estado também convém lembrar aqui três coisas, que é, esta envolvente desfavorável que está a existir no País, também está a afectar nas receitas que a Câmara tem e nas transferências que vêm. Aqui, convém salientar três coisas relativamente ao PRAUDE que é um projecto que tem a ver com a reabilitação dos Centros Históricos, apesar dos nossos pedidos de pagamento não é feita uma única transferência desde 2011, o que significa dizer o que chegada às datas de vencimento daquelas facturas, a Câmara tem que substituir, também, à parte que deveria ser comparticipada e avançar com o dinheiro. Relativamente ao Pró-Habita é uma situação ainda mais particular que tem sido várias vezes referidas nas reuniões de Câmara pelo senhor Presidente e pelo senhor vereador de Habitação por diversas vezes, que é formalmente não nos foi dito nada que está suspenso, mas aparentemente está suspenso porque também mais transferências não têm sido feitas e está a criar graves problemas de empreitadas, que estão já adjudicadas, estão para o visto do Tribunal de Contas, e que o Tribunal de Contas por esta indefinição, relativamente do IRU não quer emitir esses vistos.

Relativamente a esta questão do Hospital Pediátrico, também é uma comparticipação de 450 mil euros que ainda não recebemos.

E convém não deixar de lembrar, que este ano o Orçamento da Câmara teve menos 1,2 milhões de euros que nos foram retidos a nós, e a todas as autarquias foi de 5%, das verbas arrecadadas de IMI. Este ano, alguém se lembrou que 5%, deveriam ser cativados para as famigeradas despesas com a reavaliação dos imóveis.

Relativamente à execução do Orçamento, vou ser breve tenho só dois quadros para demonstrar.

Que relativamente à receita corrente, verso/despesa corrente facturada do próprio ano, ou seja, que demonstra a propensão para a despesa efectivamente

efectuado naquele ano, o que é que demonstra receita/despesa corrente, que a Câmara continua a gerar excedente, que é aplicado para, para quê, para o investimento que continua a ser forte, em capital, ou seja, nós Câmara estamos a continuar a poupar na despesa corrente, para conseguir gerar excedentes, no lado corrente na parte da despesa receita corrente e o desequilíbrio, digamos assim, existe na parte de capital, porque a Câmara continua a fazer um grande esforço, para ter no fundo ter um musculo grande para continuar ainda a aproveitar os últimos co-financiamentos de alguns projectos comunitários e é isso que também vem espelhado no orçamento de 2013.

Então as orientações para elaborar o orçamento de 2013 foram: manutenção da estratégia rigor e contenção, tirar o máximo aproveitamento das últimas oportunidades do co-financiamento do QREN. E nisto o que é que nós temos espelhado no orçamento. Existem vários projectos, que nós temos em carteira, que ainda não estão adjudicados digamos assim, mas que, estão em condições de mais para meio do ano, quando se começar a fazer as contas de alguns projectos espalhados pelo País que não tiveram taxa de execução absolutamente nenhuma, e essas verbas residuais que depois hão-de ser calculadas e hão-de ser colhidas, elas depois hão-de ser objecto de uma redistribuição. E nessa altura vão ser redistribuídas por onde, por projecto onde se demonstre que existe uma grande maturidade desses projectos, portanto nós temos vários projectos em carteira, que no momento se isso acontecer e no momento que acontecer, apresentar vários projectos prontos para avançar no dia seguinte, digamos assim, e que podem aproveitar esses fundos comunitários. Portanto continuam a existir no orçamento esses projectos.

O aumento do nível de assistência aos municípios atendendo a deterioração envolvente económica e financeira do País, aqui convém lembrar que não é só no orçamento está também vai ser discutida a questão do orçamento dos SMTUC e também relativamente às Águas, a manutenção da tabela de preços dos SMTUC e das Águas também é para cumprir este objectivo. Ajustamento à situação financeira do País há limitações impostas no programa de assistência, o cumprimento das metas impostas pela lei dos compromissos em atrasos e orçamento de 2013. Aqui é no fundo frisar o que o senhor Presidente já disse relativamente à lei dos compromissos, e pagamentos em atraso.

Nós podemos não concordar, eu próprio não concordei tecnicamente e escrevi, disse que havia alternativas melhores à lei dos compromissos, mas o que é de facto é que a lei existe e tem que ser cumprida. Goste-se ou não a lei tem que ser cumprida. A Câmara sob pena de entrar num processo muito complicado, obviamente tem que aplicar a lei e cumprir a lei.

Manutenção do nível de apoio às freguesias, salvaguarda os compromissos e responsabilidades assumidas perante diversas instituições, sociais desportivas e culturais, e maior aproximação entre dotações definidas e executadas.

Sobre estas duas questões só dar uma nota.

Relativamente ao ponto 7 o que é que o Executivo tentou fazer, obviamente com este orçamento, foi justamente tentar manter o mesmo nível de apoio a uma rede social, cultural e desportiva que, trabalha e que colabora em rede com a Câmara de Coimbra e nós obviamente não podemos por estes motivos todos, se calhar a via mais fácil para chegar ali e numa medida cega, cortar 50% ou mais, se calhar se geríssemos só com base em excel, concerteza era fácil fazer isso, mas nós sabemos que de facto, que há uma rede que colabora com a Câmara e que ajuda a

Câmara a prestar o serviço aos cidadãos, que temos que continuar a apoiar e temos que continuar a ajudar neste momento difícil que todos atravessamos.

Maior aproximação entre dotações definidas e executadas, é um caminho que é demonstrado aqui que tem a ver com o seguinte:

Relativamente à evolução dos orçamentos iniciais mais uma vez continuamos no percurso de diminuir o volume do orçamento. Portanto, cada vez mais ajustar a execução o orçamento aprovado à execução para estreitar a tal margem e conseguirmos continuar neste percurso.

Porque se compararmos os orçamentos finais, ou seja, depois da transição do saldo gerência, ainda vemos que a diferença é maior. Depois da transição do saldo gerência, o orçamento de 2012, subiu para 150 mil milhões e o que estamos a aprovar agora são 128 milhões.

Relativamente a esta diminuição eu quis dar este quadro para mostrar que se compararmos aquela diminuição e confrontarmos com este dado que parece neste quadro, o que é que verificamos que: se em 2010, tínhamos um orçamento na casa dos 148 milhões de euros, mas, deste 148 milhões de euros apenas 8 milhões diziam respeito ao Convento. Este ano temos, um orçamento que vamos submeter a aprovação de 128 milhões, mas 21 milhões dizem respeito ao Convento, se levarmos em consideração estes factores verificamos que o esforço de diminuição é muito significativo, ou seja, estamos a fazer um esforço, muito significativo, de aproximação total do orçamento à execução, e se verificarmos com estes números maior noção teremos do grau de diminuição.

Na receita tentámos estimar a receita no fundo de acordo com critérios realistas, vou só dar mais duas notas que acho mesmo muito importante. O aumento das despesas com o pessoal, que vocês verificam que existe nos quadros, é um aumento por causa exógenos isto é, verificasse um aumento de 2,8 milhões de euros, que resultam de quê, da reposição do subsídio de natal que, representa 1,2 milhões de euros, da questão do aumento da Caixa Geral de Aposentações 1,2, da questão das alterações, da questão do regime geral, que se estima em 0,2 e outras situações que eu estimo também em 0,2. Estas outras situações têm a ver com quê, por exemplo, com a extinção da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra, os colaboradores, da empresa vão regressar à Câmara. Portanto, vou ter que considerar no orçamento da Câmara de Coimbra, esses efectivos que no orçamento transacto não pesavam na nossa estrutura.

E só dar esta nota, desde final de 2010, até hoje, até 30/11, já tinha saído da Câmara 110 colaboradores, quando eu falava há pouco, que nós já tínhamos vindo a fazer esse esforço de diminuição de efectivos na Câmara, está aqui espelhado, é assim os nossos 2% já lá vão há muito tempo, e portanto isto significa dizer, que nós temos vindo a tentar conter a tal despesa corrente e, se reparem neste quadro, demonstra o tal esforço que nós estamos a fazer, em tudo o que nós pudemos incidir, por exemplo, nos abonos variáveis eventuais em 2010, gastava-se cerca de 2 milhões de euros em abonos avariáveis eventuais, e neste momento a previsão para o final de 2012 com os dados da execução actual, não deveremos exceder 1,3 milhões. O que significa que estamos de facto a conter naquilo que é a despesa da máquina. A despesa com o pessoal vai ser despesa corrente já representou cerca de 55%, representa agora cerca de 35%. No orçamento da despesa, como em a despesa toda a diminuir, em excepção das despesas de pessoal pelos motivos que já expliquei, que são motivos exógenos.

O Orçamento e as GOP diminuem 10 milhões, como já vimos, e portanto aqui só dar nota, em termos de dotação para 2013 na aquisição de bens de investimento e portanto, que demonstram o tal esforço de investimento, está uma dotação de cerca de 40 milhões de euros.

Tenho dito.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Antes de passar a palavra, dar uma pequena nota que o Dr. Olinto não disse. Depois de uma apresentação destas, julgo poder dizer concerteza, que deve ser a primeira vez na história da Câmara Municipal de Coimbra, pelo menos nos últimos 40 anos, em que um orçamento num ano eleitoral diminui em vez de aumentar.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Peço desculpa de não entrar logo no ponto do orçamento, mas quero fazer uma referência, porque não a posso deixar de a fazer às palavras do Dr. Moisés Geraldês à cerca da nossa proposta do Orçamento Participativo e da forma que ela foi recebida nesta Assembleia. Não resisti confesso, é uma maldade o que vou fazer, é uma maldade porque a pessoa que eu vou citar não está presente. Mas, consta da acta, eu não vou inventar nada. Só para vos dar um pouco de naco de prosa, e da qualidade de prosa, com que fomos brindados nesta Assembleia em 8 de Fevereiro de 2006.

Dizia, então, o deputado Paulo Almeida, actual presidente da comissão distrital do CDS.

O Bloco de Esquerda entre muitas outras pérolas manifesta um sentimento de revolta, própria daqueles que se sentem excluídos e que nunca se hão-de sentir parte de nada.

O sentimento afinal de contas, dos piores ditadores, como o caso da Albânia. O Bloco de Esquerda, acredita para isso ingenuamente que um humilde camponês à sombra de uma azinheira possui uma visão mais profunda da natureza, mais profunda, afinal de contas, do que é ser bom, a comportar-se correctamente, considera mais, saberá muito melhor, do que certamente um executivo vestido num fato caríssimo com uma gravata ainda mais cara.

E para terminar para não vos maçar mais só quero dizer que ele terminava com o seguinte:

É aqui, que eu entrava, para dizer que não posso concordar, e não daria 1% para um orçamento para uma Assembleia Popular, nos moldes apresentados pelo Bloco de Esquerda.

Nós não somos a Albânia, nem o Rio de Janeiro, é curioso ter sido votado esta coisa do orçamento participativo, que já vimos que tem vários figurinos.

Quatro anos antes, o macaco teão, um animal esteve para ser prefeito no Rio de Janeiro.

Não podemos esquecer disto, não enganemos as pessoas acredito que esta Assembleia recorde-se que não tem competência naturalmente para elaborar o orçamento mas somente para o aprovar.

Registo com muito agrado, a evolução, até porque na altura salientamos que, a questão do orçamento participativo não era assim uma coisa tão radical, demagógica e populista como fazia crer, havia Câmaras do PSD a fazê-lo.

Registo com muito agrado, esta evolução.

Vou directamente ao que nos interessa, que é a análise do Bloco de Esquerda sobre o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2013 que nos são apresentadas.

Sem dúvida que o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2013 se apresentam fortemente condicionadas pelas imposições de austeridade da troika e da plutocracia europeia. Imposições que, de forma diligente e verdadeiramente servil têm vindo a ser aplicadas pelo governo PSD/CDS apostado em destruir o estado social em fazer recuar o país económica e socialmente aos anos sessenta. Fruto destas políticas de austeridade não têm parado de crescer o desemprego, a precariedade de vida e de trabalho, a fome e a miséria, sem que se descortine qualquer réstia de esperança, sobretudo para os desempregados e jovens que diariamente se vêem obrigados a abandonar o seu país, procurando condições de vida e de trabalho que aqui lhe são negadas.

Se é certo que a conjuntura de recessão económica, se tem vindo a agravar cada vez mais, arrastando consigo um inevitável cortejo de encerramento de empresas, falências, aumento exponencial de desemprego e que tudo isto se repercute inevitavelmente, de uma maneira ou de outra nos orçamentos municipais, não é menos verdadeiro que qualquer orçamento, e este não foge à regra, reflete escolhas políticas precisas que se traduzem nos programas privilegiados, nas respetivas dotações e nos cortes orçamentais que propõe levar a cabo.

O orçamento que nos é proposto para 2013 não é, pois, um mero documento técnico previsional. Num contexto de profunda crise económica e social que tende a agravar-se exigiam-se outras políticas e outras prioridades, sobretudo no plano da intervenção social, que não vemos plasmadas nas GOP e no orçamento. Esta é, para nós, BE, uma pedra de toque de um qualquer orçamento municipal. Por isso, logo em dezembro de 2008 propusemos que se constituísse um Gabinete de Emergência Social que articulasse de forma operacional a Divisão de Acção Social e Família e a Rede Social do Município, potenciando uma intervenção mais eficaz na resposta às situações mais prementes de carência, pobreza e de exclusão social. A proposta foi liminarmente rejeitada pela maioria PSD/CDS contando com a abstenção do PS. Hoje, continuamos convencidos que a nossa proposta teria contribuído para dar maior articulação e consistência às políticas de intervenção social no terreno que, muitas das vezes, intervêm de forma fragmentada, desarticulada, pouco mais do que paliativa e com um carácter predominantemente assistencialista e caritativo. Quando, o que se impõe com mais premência é a solidariedade social ativa numa cidade que se quer democrática, social e economicamente sustentável e por isso mesmo empenhada em garantir a todos os seus munícipes, sem exclusões, um mínimo de bem-estar e de dignidade de vida, sobretudo no que diz respeito à satisfação das suas necessidades básicas de habitação, alimentação, mobilidade, saúde e educação.

Foi tendo por base estas preocupações que na Assembleia de 27 de abril de 2011, propusemos ao executivo municipal, sob a forma de recomendação, um conjunto de medidas de emergência social, tendentes a minorar os efeitos da crise nas famílias e pessoas mais carenciadas. A recomendação, aprovada por esta Assembleia com apenas uma abstenção, propunha medidas muito concretas e perfeitamente exequíveis sem grandes custos financeiros, que passavam pela

criação de tarifas sociais especiais com 50% de desconto nas taxas de água, saneamento, lixo, renda social de habitação, e transportes a aplicar aos beneficiários de RSI, complemento solidário de idosos, casais desempregados e agregados familiares com rendimentos insuficientes (abaixo do dobro da pensão mínima do Regime Geral de Pensões). Propúnhamos, ainda, a criação de uma Cantina Social, bem como medidas de reforço de apoio aos alunos mais carenciados, nomeadamente o fornecimento de almoço e jantar. Hoje, passado um ano, muito pouco ou nada foi implementado. As situações de carência e de fome crescem e multiplicam-se, nomeadamente nas nossas escolas, espelhos fiéis e reflexos da nossa sociedade.

Enquanto professor, numa escola básica de 2.º e 3.º ciclo da nossa cidade, testemunho diariamente o agravamento da situação. Já há alunos que vão para a escola sem qualquer refeição e que não o confessam por vergonha.

Por tudo isto, constatamos que a cidade é cada vez menos solidária e menos saudável. Isso mesmo reflete-se na rubrica orçamental 03, que dá pelo nome de “Cidade Solidária e Saudável”. Quando seria de esperar um reforço das políticas sociais do município, assistimos, pelo contrário, a um corte de 16% que representa uma diminuição de mais de dois milhões e duzentos mil euros. A título de exemplo veja-se o acentuado corte na rubrica 03.002. “Função social do transporte público” que sofre um corte de mais de um milhão e oitocentos mil euros (25,7%) fazendo recuar a valores de 2005.

Numa sociedade cada vez mais envelhecida, tornam-se imperiosas políticas ativas de apoio à população idosa constituída, na sua maioria, por pensionistas vivendo isolados, pelo que urge providenciar a criação de novos Centros de Dia e Lar de idosos, no âmbito da rede solidária que, atualmente, cobre menos de 10% da população. Neste contexto, registamos com alguma preocupação a redução de 47,7% na rubrica “Teleassistência ao domicílio” que passa de 16.372 euros para 8.569. Corte ainda superior sofre a rubrica de apoio à Casa de Repouso de Coimbra, destinada, sobretudo a refeições, que passa de 51.208 euros para menos de metade (23.716).

Na mesma linha de preocupações, registamos um corte de 43,5% no programa de “Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana” o que significa uma amputação de mais de 2 milhões e cento e trinta mil euros. A dotação para este programa é a mais baixa que se regista nos últimos oito anos. Situação tanto mais grave, quanto são conhecidas as carências de habitação por parte de um número cada vez maior de famílias. Impunha-se uma política de construção de novas habitações sociais e não apenas de remendo do degradado parque de habitação social do município.

Nas nossas sucessivas intervenções, sempre temos sublinhado a enorme importância e centralidade do investimento na reabilitação e recuperação urbana, e em particular do centro histórico com centenas de edifícios devolutos. A degradação dos edifícios, as condições de habitabilidade e salubridade em que vivem as poucas pessoas nos centros históricos, a sua desertificação, o envelhecimento da população residente, constituem fatores que corroem e obstaculizam ao desenvolvimento da cidade com fortes consequências sociais e económicas. Pelo que se impunham políticas fortes de reabilitação e revitalização do centro da cidade garantindo a todos, uma habitação condigna e simultaneamente densificando a sua ocupação, condição necessária para a sua sustentabilidade urbana, económica e social. Com a vantagem acrescida de gerar

empregos, num dos setores mais afetados pela crise e o desemprego como o é o da construção civil.

Porém, ao executivo municipal, continua a faltar visão estratégica, arrojo e vontade política.

Assim, o programa de “Reabilitação Urbana dos Centros Históricos” tem vindo a sofrer sucessivos cortes orçamentais atingindo em 2013 o seu valor mais baixo dos últimos cinco anos, com apenas três milhões e duzentos mil euros, o que representa, em relação a 2012, um corte de um milhão e duzentos mil euros (37%).

Seria ocasião para perguntar em que medida o executivo aproveitou, se é que o fez, o programa Jessica, lançado pelo Banco Europeu de Investimento e que disponibilizou cerca de 130 milhões até 2013 para operações de regeneração urbana, que muito poderia fazer para dar vida e razão de ser a esse morto vivo que dá pelo nome de Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) de Coimbra.

Não quero terminar a minha intervenção sobre o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2013, sem uma breve referência, ao objectivo e educação e desporto e tempos livres.

As GOP 2013, não prevêem qualquer verba, para materiais escolares de desgaste no 1º ciclo, tratar-se-á de lapso? Não creio! Ou de mais alguma solução criativa que passará por pedir às famílias, que comprem os materiais indispensáveis ao desenvolvimento das actividades.

Também não contempla qualquer verba para as necessidades e criação dos jardins-de-infância e requalificação dos parques infantis o que é absolutamente incompreensível, a não ser que se considere verba 10€.

Por tudo isto a nossa orientação de voto neste orçamento só pode ser contra.

Sobre Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC:

O BE considera absolutamente crucial para uma política de transportes e mobilidade urbana o serviço público de transportes que os SMTUC desempenham na nossa Cidade.

Pensamos que os investimentos a realizar nos SMTUC deveriam ter por objetivo estratégico não só a necessidade de modernizar a frota em circulação, que já apresenta uma idade média relativamente elevada, como também aumentar a eficiência energética, racionalizar os gastos em energia, e diminuir as emissões de gases poluentes, pelo que defendemos a aquisição e adaptação de viaturas movidas a gás natural, há semelhança que acontece já noutras cidades. Seria também desejável o aumento das carreiras de troleicarro, cujos custos médios de circulação são, em média, mais baratos e muito menos poluentes. O investimento na renovação da frota de troleicarros deveria, pois, constituir uma prioridade e simultaneamente uma oportunidade para promover ganhos ambientais e económicos, diminuindo os gastos energéticos.

Registamos positivamente a intenção de criar novos corredores bus e de desenvolver um sistema de gestão de tráfego que agilize a circulação dos transportes urbanos conferindo-lhes prioridade e permitindo aumentar a sua velocidade comercial global. Também a criação de novas zonas de estacionamento controladas por parcómetros no Centro da Cidade, nos parece uma medida correta de modo a proporcionar uma maior rotação dos automóveis estacionados no miolo da cidade.

Porém, já o dissemos e reiteramos que a intenção de criar novos parques de estacionamento em centros nevrálgicos, como a Praça da República, o largo D. Dinis e os HUC, nos merecem as maiores reservas, na exata medida em que contradiz a política de privilegiar os transportes públicos e reduzir o tráfego no centro da cidade.

Registamos de forma positiva a decisão de manter os tarifários inalteráveis para 2013. Mais uma vez, criticamos, independentemente da cor política do governo, a contínua injustiça e discricionariedade do Estado central na atribuição de indemnizações compensatórias aos SMTUC, através do Orçamento de Estado. Com o PS ou o PSD/CDS no governo a situação de injustiça permanece e penaliza fortemente o serviço público de transportes municipais de Coimbra. A crise económica instalada não pode servir de desculpa para a falta de vontade política, dos sucessivos governos nesta matéria.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Estamos perante um Plano e Orçamento para 2013 que mais não é do que o reflexo das políticas de um Governo submisso à ingerência dos senhores da Troika, submisso ao cumprimento de um Memorando de destruição e anulação de um país, de um povo, de direitos consagrados na Constituição...Um país e um povo que os subscritores desse famigerado Memorando, PS, PSD e CDS e os executores actuais do mesmo, o Governo PSD /CDS cumprem e até acentuam as medidas impostas defendendo não os interesses nacionais, mas os interesses económico-financeiros do FMI, BCE e UE cujo poder se centraliza num só país - a Alemanha e a senhora Merkel – com a conivência da presidência da UE.

Ao reler a intervenção que a CDU aqui trouxe à um ano atrás, quase que a poderia repetir acrescentando as medidas cada vez mais gravosas e penalizadoras para os trabalhadores quer do sector público quer do privado, para os pensionistas, para os desempregados – em número escandalosamente crescente – para os utentes dos serviços públicos – serviços a caminho da privatização anulando o princípio consagrado na Constituição da República, Constituição que pretendem alterar com o intuito de viabilizar e consagrar todo o retrocesso económico, social e político que pretendem implementar, empobrecendo o país, favorecendo os interesses dos grandes grupos económicos, da banca, encobrendo e tapando os usos e abusos de quem foi usuário durante décadas de um país que agora está a saque e de um povo que vê cada vez mais no futuro um regresso ao passado.

Este é o Orçamento da AUSTERIDADE!!! Da austeridade que a Troika impõe ao país, que o governo do país impõe ao povo, aos serviços e instituições e que ao nível do poder local as autarquias transportam para a gestão do concelho e das freguesias.

Referenciar todos os aspectos que merecem a nossa discordância neste Plano e Orçamento para 2013 que o Executivo da Câmara Municipal de Coimbra nos apresentou seria exaustivo e, como temos referido em anos anteriores, entendemos este documento como um plano de intenções e de sistematização das prioridades políticas deste executivo, pelo que uma efectiva e rigorosa apreciação terá lugar aquando da apresentação do relatório e contas, avaliando aí sim a capacidade concretizadora dos responsáveis políticos, dizia, reportaremos a nossa intervenção aos aspectos que consideramos, neste Plano e Orçamento, mais pertinentes porque estruturantes, na planificação do mesmo.

Logo na Nota de Abertura, são feitas apreciações e considerações críticas à actuação do governo que constatamos serem apenas críticas teóricas pois na prática elas estão transcritas para o poder local. Referimo-nos ao 2º parágrafo onde se refere que o Estado limita, e cito “ muitas formas empresariais de organização do poder local” de que o Estado pretende “controlar o dia a dia da execução financeira de cada autarquia”...fazendo referência à futura nova Lei das Finanças Locais e à imposição da Lei dos Compromissos. Contudo este executivo mais não faz do que reduzir às freguesias, a sua capacidade de autonomia na execução de obras ao cortar fortemente a verba destinada a esse importante factor de melhoramento e crescimento das freguesias...Passamos de uma verba de 1.777.320 euros em 2012 para 1. 509.044 Euros em 2013. A autonomia das freguesias na capacidade de resposta às necessidades e prioridades locais é reduzida mais ainda quando sabemos que as obras contratualizadas a adjudicadas directamente pelas freguesias não só são mais céleres na suas execução como em regra são mais favoráveis no que respeita a custos.

A CDU sempre defendeu o reforço das verbas a transferir para as freguesias. Temos sido críticos ao longo destes últimos anos nos sucessivos cortes e consideramos gravosa e esta medida expressa no Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2013.

Outro aspecto que tem sido alvo das nossas críticas e que ano após ano se acentua cada vez mais a discrepância entre os valores de cada rubrica é a verba transferida do poder central e o valor para o Orçamento vindo dos Impostos Directos. Tem vindo a acentuar-se o peso cada vez maior que a receita do IMI tem para o Orçamento do Município o que significa que cada vez mais este Orçamento é sustentado pelos impostos dos contribuintes de Coimbra. E se à receita do IMI, juntarmos todas as outras fontes de receita municipal, torna-se ainda mais evidente esta discrepância ou seja, torna-se cada vez mais evidente que os conimbricenses pagam cada vez mais todo e qualquer investimento que é feito no concelho. Daí considerarmos que existem cada vez mais razões para os cidadãos de Coimbra exigirem serem ouvidos e verem contempladas as suas exigências e reivindicações. O município de Coimbra depende mais dos seus munícipes do que do poder central ou seja do Governo.

Para 2013 a receita vinda do Estado para o Orçamento Municipal é de 16.977.927 euros. Para este mesmo Orçamento a receita vinda do IMI é de 37.776.731 euros....Ou seja, os cidadãos de Coimbra suportam o Orçamento municipal em mais 20.788.804 euros as verbas transferidas do poder central...

Senhor Presidente da Câmara a referência feita neste documento de que Coimbra e cito “será dos poucos municípios nacionais a baixar, em 2013, a sua taxa de IMI...” convém lembrar que não é baixando 0,01% que se promove o desagravamento fiscal das famílias.

A CDU tem apresentado propostas alternativas às tabelas de IMI que o executivo tem apresentado nestes últimos anos. As nossas propostas têm sido sempre chumbadas.

Senhor Presidente da CM de Coimbra, no texto introdutório deste documento Vª Ex.ª refere e cito “...há limites para o sacrifício que pode ser pedindo às famílias através da carga fiscal...”. Considerando a CDU que a baixa da taxa de IMI proposta é redutoramente insignificante para o peso deste imposto municipal, e considerando que neste mesmo documento Vª Ex.ª refere e cito “

Urge portanto começar um caminho inverso...” a CDU deixa aqui o desafio para que passe das palavras aos actos e que efectivamente promova outros caminhos, invertendo percursos que passam por baixar efectivamente as taxas de IMI quando este executivo voltar a apresentar as novas tabelas.

Pelos aspectos a que aqui demos relevo e por outros sobre os quais a CDU fez a sua apreciação, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 não pode merecer o voto favorável da CDU.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Antes de me referir ao Orçamento, queria pedir ao senhor Presidente da Câmara para me esclarecer quando se referiu à lei dos compromissos e à ditadura imposta pelo Governo, quando falou em ditadura, se, se referia com convicção ou antes era apenas uma figura com o sentido figurado na expressão.

Sobre o orçamento, este é um orçamento de uma Câmara em fim de linha, uma câmara desalentada já sem esperança e de braços caídos.

É um orçamento que nos trás uma imagem deprimente, é um orçamento em que, há menos investimento, menos mercado, menos expectativas, menos planeamento reabilitação e qualificação, menos desenvolvimento económico, e apoio à actividade empresarial e menos fomento da actividade sócio económica. Menos apoio às juntas de freguesia, menos acção social e família, menos valorização do património histórico e cultural, menos animação, menos apoio a associativismo cultura, há menos de tudo, é esta a realidade que temos.

Diz-nos, como nos tem dito o senhor Presidente, que é o orçamento possível, bem sabemos que atravessamos um ciclo em recessão económica. Mas, nós Socialistas, temos de dizer, fazíamos diferente, fazíamos melhor, já o provámos, sempre o provámos. Prometeram com parangonas a animação da Baixa de Coimbra, afinal o que temos é a desgraça da Baixa, é desoladora a imagem que fica para quem percorreu este Natal a rua Adelino Veiga, a rua dos Sapateiros, a rua Visconde da Luz, a rua Ferreira Borges etc., ruas desertas, escuras, sem iluminação, estabelecimentos fechados, sem gente, sem animação, como isto contrasta com os foguetes no ar que estoiravam quando há 12 anos esta Câmara aqui chegou.

Falaram-nos na industrialização do concelho, no emprego, no I’Parque, uma década depois, nem uma só empresa, labora. Falaram-nos no Turismo da Cidade, criou-se a empresa Turismo de Coimbra, e agora ela aí está a fechar com os seus prejuízos acumulados. E as Festas da Cidade, a Feira Industrial e Comercial de Coimbra, profundamente cadentes ou inexistentes, são exemplos elucidativos.

O Metro Mondego que nos trazia, a reconversão urbanística da Cidade, das margens do Mondego às zonas nobre da Cidade, nenhuma notícia o Plano e Orçamento nos trás.

O Partido Socialista fazia diferente, fazia melhor, já o provámos, sempre provaremos.

É tempo de a Câmara deixar de estar virada para si própria, para dentro e voltar-se para aqueles que nos dão sentido, os conimbricenses.

É um orçamento em que a receita dos impostos, directos e da venda dos terrenos, correspondem a metade das receitas totais. É um orçamento que investe toda a receita do IMI, numa obra só, no Centro de Congressos do Convento de S. Francisco. É um orçamento cuja receita de impostos é absorvida com as

despesas de pessoal, é um orçamento que não é equilibrado. Não é um orçamento que corresponda à verdade. A Câmara sabe bem que não realiza 27 milhões em venda de terreno, pois não há mercado nem património para isso, é um orçamento maquilhado.

Em 2003, a dotação definida nas GOP era cerca de 140 milhões de euros. Nas GOP de 2013 aqui temos, 10 anos depois é apenas de 80 milhões, o declínio de então para cá de há 10 anos atrás até hoje, foi vertiginoso, são 12 anos de uma política orçamental, que comprometeu o futuro da Cidade, onde não se alcançou uma estratégia, uma direcção definida em ordem ao desenvolvimento do concelho, mantendo-se os desequilíbrios entre a periferia e a zona urbana, não se modernizou não se inovou.

O PS chamou a atenção, o PS tinha razão, o PS vota contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.”

Intervenção da deputada municipal Isaura Madeira (CDU):

“Relativamente à análise feita pela bancada da CDU, ao Plano de Actividades e Orçamento das Águas de Coimbra” para 2013, resulta desde logo, a congratulação com o equilíbrio orçamental referido no referido plano, conseguido através da contenção de despesas que permitirá a manutenção do tarifário e citei o referido plano. Assim sem recurso e a aumento, o que neste momento de crise em que maioria dos trabalhadores e trabalhadoras são vítima de uma diminuição de salário e até da sua perda total, seria desastroso.

Contudo, à semelhança que aconteceu na análise do plano de 2012, a CDU não pode concordar de maneira nenhuma com o tarifário, que continua a manter-se e com a diferenciação de tarifário nos consumos não familiares, permitindo que uma escola pública do ensino básico ou secundário tenha que pagar mais 46%, de consumo de água e saneamento do que um colégio privado? ou que os Hospitais da Universidade de Coimbra, tenham que pagar mais 46%, de consumo de água e saneamento do que a Idealmed, por exemplo, ou que a Universidade de Coimbra tenha que pagar a mais 189% do que a Universidade Vasco da Gama?

Para a bancada da CDU são muito estranhos os interesses presidem à diferenciação deste tarifário e por mais voltas que lhes queiramos dar, não conseguimos encontrar justificação para tamanho e tal absurdo.

Se em tempos passados pudéssemos entender que seria uma forma de ir buscar algum dinheiro ao orçamento de Estado, hoje, devido aos cortes cegos que se tem verificado em todos os sectores da Administração Pública, em especial nas escolas e nas universidades, é sabida a situação de penúria a que a maioria destas instituições estão sujeitas sendo obrigadas à redução de actividades importantes para a formação dos seus alunos.

A bancada da CDU repudia ainda a pressão e chantagem que o governo PSD/CDS, pelas mãos da empresa “Águas de Portugal” está a exercer sobre os Municípios, que pertencem à empresa “Águas do Mondego”no seu imparável combate pela privatização da água e espera que esta Câmara Municipal mantenha uma atitude de não cedência a essa chantagem e de defesa dos seus municípios, face aos interesses das “Águas de Portugal”.

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Tenho aqui uma sugestão para fazer ao senhor Presidente da Câmara, relativamente ao orçamento que nos foi apresentado.

Efectivamente o nosso especialista em orçamento apresentou-nos os mapas da nossa recessão, são os mapas da recessão do país.

Queria deixar aqui uma sugestão que é o seguinte:

A Câmara Municipal de Coimbra gasta anualmente cerca de dois milhões e meio de euros em energia na iluminação pública, não falo em energia gasta nos edifícios mas sim na iluminação pública. Sei que está em curso, foi aprovado por nós aqui, um projecto de melhoramento do tipo de iluminação e espero que, esse projecto que sei que está em fase já avançada, vai trazer grandes melhorias para o consumo da nossa iluminação pública, e inclusivamente vai ter algumas inovações. Mas, até lá o Município de Coimbra vai ter de pagar estes dois milhões e meio por ano.

Esta é a sugestão que faço, porque é que, até lá, como há outros concelhos que já o estão a fazer, apagar as lâmpadas de alguns apoios de iluminação pública, apoio sim apoio não. Nós sabemos que os apoios de iluminação pública distam cerca de 30 metros uns dos outros. Vou dar exemplo, na via rápida Bencanta/Taveiro, em vez de se ficar com os 30 metros ficamos com 60 metros? Não prejudica o tráfego, e tem-se visibilidade, não apagar efectivamente todo o tipo de iluminação nos cruzamentos e entroncamentos e rotundas porque são sítios de conflitos, aí devem estar bem iluminados. Mas nas avenidas que se verificam lâmpadas a seguir umas às outras pode-se fazer.

É obvio que esta poupança, também tem custos, tem que se ter pessoal para dar seguimento a esse trabalho. Na circular externa tem os apoios no eixo central, e os apoios tem uma lâmpada de cada lado, pode-se apagar uma dum lado a outra do outro e fazer em zig-zag e fica-se com iluminação suficiente.

Senhor Presidente esta poupança, iria poder pagar o subsídio de natal, ou mesmo a Caixa Geral de Aposentações o tal 1,2 milhões de euros que foi apresentado no mapa que o Dr. Olinto mostrou.

Portanto, iria a Câmara poder poupar, cerca de 1,2 milhões de euros, por ano, dava para pagar isso.

É a minha sugestão que aqui deixo.

Relativamente ao orçamento dos SMTUC.

Quero-me congratular com o processo apresentado. Acho que os SMTUC estão efectivamente a trabalhar bem, fizeram uma coisa que eu reputo de importante para as nossas populações, foi o não aumento do tarifário, a bancada do PS aplaude esta atitude.

Aplauda também a consolidação dos projectos que transitam do ano anterior, como a nova bilhetica, o simulador de condução e um que acho importantíssimo, no próximo ano, um sistema de gestão de tráfego que permitirá uma melhor fluidez nos transportes e consequentemente ganhos na poupança em tempo e em combustível. É importante esta implementação, porque isto vai fazer, ou pode fazer com isto haja uma melhoria, uma maior atractividade aos passageiros que não perdem tempo, os SMTUC, vão ganhar em tempo e em combustível, e nas alturas de maior tráfego, vão ter muito mais a fluidez.

Um projecto que a bancada do PS, aplaude!

Só como sou um pouco curioso, fui ver quanto é que isto custava, e o projecto efectivamente está nas GOP, e está com uma verba definida de 10€, não é para fazer!

Portanto, penso que era um projecto importante, que deve ser implementado mas com esta verba de 10€ não o fazem concerteza.

Também houve uma diminuição dos passageiros transportados, efectivamente tem a ver com a crise, mas também tem a ver com a qualidade de oferta e penso que este projecto iria trazer melhores condições para que os passageiros andarem mais dos transportes públicos.

Relativamente, há aqui algumas contas apresentadas com o custo de combustível por passageiro e comparado o ano de 2011 com o 1º semestre de 2012, há aqui algumas contas que não consigo entender. Posso dizer os custos do ano de 2011, custo com combustível e energia por passageiro transportado, autocarro mais mini-autocarros 0,13 milhares de euros, em troleicarros, 0,04, isto em 2011, se eu for ver no 1º semestre deste ano efectivamente há aqui um disparo que no fim do ano é capaz de ser complicado. Portanto, eu não consegui detectar estes valores, há qualquer coisa que não está aqui muito correcta.

De qualquer das maneiras, há aqui uma demonstração de uma coisa que é real, é que a política energética do nosso governo não ajuda nada os nossos transportes, é o preço do combustível, é o preço da energia, e nós sabemos que, os nossos transportes em Coimbra tem que gastar combustível em tem de gastar energia, e esta política energética do país não é nada benéfica para os transportes de Coimbra.

Deixar mais uma sugestão, não sei se pensam modernizar as subestações, e dos postos de transformações de alimentação dos tróleys porque se repararmos nos documentos, existe aqui um valor em termos de energia eléctrica, e em termos de combustível não é muito disparo um do outro. Se formos ver no 1º semestre de 2012, o custo em euros por 100Km, são 57€ para os autocarros, para os mini-autocarros são 17€ e para os tróleys são 53€; em energia eléctrica e o combustível tem um preço muito aproximado.

Uma das sugestões que deixo, era para saber se estas subestações estão a funcionar em pleno, ou se não estão, se estão obsoletas, se existem muitas perdas de energia.

Penso que, o Conselho de Administração dos SMTUC, estão atentos a essa situação e devem olhar para estes problemas.

O documento que nos foi apresentado foi um documento bem elaborado, e a bancada do PS vai votar favoravelmente o Plano e Orçamento dos SMTUC.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento que a Câmara Municipal apresentou para a nossa apreciação, evidentemente que já ouvimos aqui algumas críticas, em relação ao mesmo. Mas, queria chamar a atenção de que, não devemos ter a memória curta relativamente aos últimos anos que nos levaram a uma situação muito difícil que estamos todos nós a atravessar.

Coimbra é uma Cidade que é muito importante no nosso contexto nacional mas, os nossos jovens, ainda há pouco foi apresentado uma proposta de orçamento participativo jovem, os nossos jovens não tiveram culpa da situação em que nos encontramos, nem os cidadãos que andam nas ruas de Coimbra, nem as pessoas em geral, nem as empresas. A responsabilidade de grande parte das dificuldades que todos nós estamos a atravessar resultam de algumas posições, “não levem a mal”, mas absolutamente irresponsáveis de muito dos políticos que atravessaram o panorama nacional, no âmbito da governação do país.

A sociedade civil, hoje, está asfixiada e está asfixiada por um estado que não deixa que as empresas se desenvolvam e que haja mais emprego, porque o emprego cria-se com a capacidade que está dentro de cada um de nós, no sentido de criar riqueza, muito das pequeninas empresas estão a fechar portas, e estão a fechar portas porque não aguentam a actual carga fiscal, e estão a fechar portas porque de uma maneira geral, a capacidade de procura não existe, razão pela qual, porque razão é que acham que as ruas da Cidade agora no Natal estiveram um pouco vazias. Porque razão? Porque a razão está em que muita gente está a viver a consequência, de termos uma democracia a crédito, uma democracia de propostas, de promessas, que foram apenas feitas para que muita gente se mantivesse portanto a defender os seus próprios interesses pessoais e nós não poderemos continuar a admitir que isto possa vir a suceder no futuro.

É por isso que esta Câmara Municipal do meu ponto de vista não está no fim da linha, não está no fim da linha, está exactamente na linha da frente, e está exactamente na linha da frente porque tem a coragem de apresentar um orçamento e opções estratégicas de acordo com as possibilidades que efectivamente tem do ponto de vista financeiro e dos recursos que não são aquilo que nós quereríamos ter, são os recursos disponíveis e dentro dos recursos disponíveis, o que é que acham que era possível apresentar? Mas, o estado através das Autarquias Locais tem uma função social pela frente e tem a obrigação de respeitar acima de tudo de desenvolver junto de alguns que estão a passar por momentos muito difíceis. Mas, mesmo assim, não é possível deixar também de apostar em alguns aspectos estratégicos que são fundamentais para a Cidade.

É por isso que, estas Grandes Opções do Plano e Orçamento, apostam por um lado na função social dos transportes, é uma aposta crucial desta Câmara Municipal, porque os Serviços Municipalizados de Transportes, também tem feito uma excelente gestão, uma gestão dos seus próprios recursos, que são muito escassos. Recursos que não são iguais a outros concelhos mais privilegiados, Coimbra sofre uma discriminação absolutamente negativa e inaceitável, em relação aos transportes os colectivos de Coimbra.

Também, já aqui ouvimos, a falar dessa gestão e do excelente trabalho que tem sido feito portanto no âmbito desta empresa municipal. Mas a Câmara Municipal de Coimbra também é com agrado, que verificamos que para além disto, aposta exactamente dentro das possibilidades, eu gostaria de ver verbas maiores atribuídas às freguesias, mas como é que vamos arranjar mais dinheiro perante um fundo de equilíbrio financeiro que é cada vez mais restritivo, um fundo municipal social que, está a reduzir, nas possibilidades da distribuição de dotações às Câmaras Municipais, quando nós sabemos que as receitas se vão tornar cada vez mais difíceis, e vamos passar o 2013 que ainda não sabemos, porque perante a imposição com um défice de 4.5, com o défice orçamental do ano que vem, nós não sabemos que outras restrições ainda podem vir aí.

Vemos com alguma satisfação, que se continua a apostar no Centro de Convenções, que é um espaço cultural no Convento de S. Francisco.

Coimbra não pode estagnar! Quando ouço alguém dizer, que Coimbra está a estagnar, Coimbra não está a estagnar! Este é um investimento fundamental, é um investimento âncora, é um investimento de todos nós, não é um investimento exactamente só desta Câmara Municipal, é um investimento de todas as pessoas deste concelho.

É um investimento, que nos pode proporcionar uma projecção e uma potenciação das nossas capacidades dos nossos recursos endógenos. É por isso que, este orçamento não poderia deixar de apostar nesta opção. Mas também temos que olhar que a acção social não ficou esquecida, a acção social escolar perante as famílias, e as pessoas.

Gostaria de ouvir com toda a franqueza e com toda a honestidade política, o que é que acham que se poderia fazer de acordo com a escassez destes recursos. Penso que se está a fazer aquilo que é possível fazer de acordo com uma grande imaginação, abnegação, de acordo com uma grande determinação, política de levar Coimbra como líder regional de toda a região centro.

Pensamos que, se faz justiça em votar favoravelmente as sete propostas que vem nas GOP, que inclui a autorização de consultas a instituições de créditos, tendo em vista a contratação de empréstimos de crédito de médio e de longo prazo, de acordo com a nova controlo interno, assim como a contratação de empréstimo de curto prazo, dentro dos critérios que estão estabelecidos no âmbito dos processos de endividamento da Lei de Financiamento das Autarquias Locais, e também no âmbito da lei dos compromissos.

Em relação aos SMTUC naturalmente os números falam por si.

Em relação à Empresa Turismo de Coimbra gostaria de dizer que a Empresa de Turismo, de facto, vai ser extinta. E vai ser extinta porque de alguma forma não tem capacidade, só por si, para gerar receita.

Já ouvi várias críticas à Empresa Turismo de Coimbra, mas quero dizer aos senhores deputados, que, quando nós olhamos exactamente para a forma como esta extinção vai ocorrer, que não vamos ficar todos muito melhor!

A empresa Turismo de Coimbra teve como objectivo estratégico, a divulgação da marca de Coimbra e também a potenciação dos nossos recursos endógenos. E tinha alguma capacidade para gerar alguma receita e agora com a integração dos serviços relativos à empresa de Turismo, naturalmente que esses custos vão ser integrados nos serviços municipalizados. O contribuinte vai beneficiar com isto? Certamente não vai! A Câmara Municipal de Coimbra tem a obrigação de continuar, a dar importância, primeira à divulgação da marca de Coimbra, e portanto, toda esta orientação no sentido de estes serviços continuarem a ser desenvolvidos, como uma opção estratégica desta câmara municipal, isso é obvio que vai implicar na mesma o recurso a receitas que vamos ter que aplicar exactamente nessa divulgação da nossa marca.

Em relação à “AS, Águas de Coimbra”, já disse há pouco que esta é uma empresa municipal que é a nossa jóia da coroa. É a jóia de coroa de todos nós da região, e esta tem de ser preservada de qualquer forma, porque é a nossa empresa municipal, que se enquadra na bacia hidrográfica do Mondego, nossa matriz regional.

Existem dois indicadores que são e falam por si, dois indicadores estruturais, 100% que se conseguiu atingir no abastecimento de água em relação ao concelho; 96% nos ramais de saneamento, são dois indicadores estruturais que valem o nosso voto favorável do Plano de Actividades das “Águas de Coimbra”.

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº8 de 27 dezembro de 2012.....Aprovada em 29 de Abril de 2013

“Os SMTUC prestam um importante serviço público e deviam ser apoiados pelo Governo, tal como os transportes de Lisboa e do Porto.

Sempre a CDU tem exigido e tem lutado pela igualdade de tratamento dos SMTUC em relação aos Serviços de Transportes Públicos de Lisboa e Porto. Aqui e na Assembleia da República temos defendido o financiamento do Estado aos Serviços de Transportes de Coimbra. Os governos não têm respondido a esta e outras exigências dos cidadãos de Coimbra.

Consideramos que os SMTUC e a Câmara de Coimbra ainda não fizeram tudo o que deviam para exigir o financiamento do Governo. De facto, não temos conhecimento de qualquer exigência junto do Governo ou da Assembleia da República quando a Maioria que governa a Cidade de Coimbra pertence à mesma Maioria que governa o país.

Esta situação é uma injustiça porque se baseia numa desigualdade de tratamento e porque as consequências dessa injustiça recaem sobre a população de Coimbra que não vê melhorar os transportes no que se refere a linhas e horários e não permite o acesso ao transporte público a todas as povoações do concelho.

Consideramos, positiva a decisão da direção dos SMTUC de não aumentar os preços dos transportes tendo em conta a difícil situação económica e social das populações, daí a nossa posição favorável ao Plano e Orçamento do SMTUC.”

Não havendo mais intervenções sobre estes pontos foram os mesmos colocados à votação da seguinte maneira

Ponto 2 - Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013; Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e autorização para contração de empréstimos de curto prazo e autorização para consultas a instituições de crédito para empréstimos de médio e longo prazo e Autorização Prévia LCPA:

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (29 votos a favor e 11 votos contra e 16 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro, o seguinte:

-Aprovar, os documentos previsionais para 2013 "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013" da Câmara Municipal de Coimbra";

-Aprovar a Norma de Controlo Interno, nos termos do nº 2.9.10. do POCAL;

-Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11. do POCAL;

-Aprovar a contratação de empréstimos de curto prazo, prevista na Norma de Controlo Interno, que venham a tornar-se necessários durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, nos termos do art. 38.º, n.º 3 e 7, da Lei das Finanças Locais (LFL), até ao limite do endividamento permitido, no artigo 37.º e no n.º 1 do art. 39.º da LFL sujeita a posterior autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53º do Decreto-Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alterações previstas nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2013;

-Aprovar a autorização da consulta a instituições de crédito tendo em vista a contratação de empréstimos de médio/longo prazo, prevista na Norma de Controlo Interno, para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos de 2013, nos termos do art.º 38.º, números 6 e 8 da Lei das Finanças Locais (LFL - Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), com respeito pelo limite do endividamento permitido pelos artigos 37.º e 39.º n.º 2 da mesma LFL e alterações previstas nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2013;

-Aprovar a Delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, designadamente na alínea c) do n.º 6, do artigo 64.º - Competências da Câmara Municipal e artigo 66.º - Competências delegáveis na freguesia (documento integrado nos Documentos Previsionais para 2013);

-Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 3 – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013:

Posto o assunto à votação e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro do mesmo ano, e nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade, aprovar as "Grandes Opções do Plano e Orçamento" dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2013, que integra o mapa de pessoal, para o ano de 2013".

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4 - TC-Turismo de Coimbra, EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2013 – Para conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Plano de Actividades e Orçamento para 2013 TC-Turismo de Coimbra, EM.

Ponto 5 - AC – Águas de Coimbra, EM - Plano de Actividades e Orçamento para 2013 – Para conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Plano de Actividades e Orçamento para 2013 AC – Águas de Coimbra, EM

Ponto 6 - Mapa de pessoal da CMC para o ano de 2013:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº8 de 27 dezembro de 2012.....Aprovada em 29 de Abril de 2013

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria (38 votos a favor e 24 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro, aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para 2013. Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 - Adequação da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra à Lei nº.49/2012, de 29 de Agosto – conhecimento:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Relativamente a este ponto a lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, é bastante clara. Os municípios devem aprovar a suas estruturas orgânicas até ao dia 31 de Dezembro de 2012.

É daqui a 2 dias e há aqui uma justificação, que o Executivo da Câmara nos trouxe para esta situação.

É obvio que há aqui algumas características, que tinham que ser respondidas, da população. População residente, população pendular, dormidas turísticas, e participação no montante de gestão de fundos.

A Câmara Municipal de Coimbra e bem, pediu ao INE, respostas às dúvidas que tinha e efectivamente foi notificada tarde e a más horas.

O que é que isto quer dizer, que este Instituto é gerido por pessoas nomeadas pelo Governo PSD/CDS, que demonstram algum desleixo na prestação das suas informações, portanto, a culpa não é da nossa Câmara, mas a nossa Câmara é da cor efectivamente do Governo.

Relativamente ao cálculo dos dirigentes que estão directamente relacionados com estas informações, provavelmente se este documento fosse agora implementado o senhor Presidente teria de despedir o Conselho de Administração dos SMTUC.

Politicamente poderia não ser muito oportuno fazer aprovar este documento.

O que eu queria também perguntar, era o seguinte:

Os técnicos superiores desta Câmara, que acabam as suas comissões, o que é que vai ser feito deles, voltam aos seus lugares? Esses lugares, cujas comissões acabam, vão ser extintos?

São algumas dúvidas que tenho sobre este documento

E queria perguntar também quais são as consequências que pode advir para esta Câmara pela não implementação desta remodelação autárquica.

Há algumas consequências por esta Câmara não apresentar este documento atempadamente.

São estas dúvidas que gostava que fossem esclarecidas.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“A primeira questão técnica, a Câmara Municipal de Coimbra cumpre as leis.

Ponto dois tem de ter é condições para as cumprir. Coisa que neste caso não se verificou em tempo, por razões como bem o disse, foram exteriores à Câmara.

Esse processo não está parado, só começou bastante mais tarde do que é que deveria ter começado por várias razões e terminará mais tarde, e portanto virá aqui a uma próxima Assembleia, assim que estiver concluído o trabalho que demora sempre algum tempo a fazer.

Não prevejo que haja nenhuma consequência concreta desse facto, até porque estamos a trará do assunto não está parado, mas também não posso deixar de falar e para dizer a toda a Câmara que considero que esta legislação sobre a necessidade de mudar Estruturas Orgânicas da Câmara de acordo com um conjunto de critérios que na minha opinião é incompreensível, é errado, que esta legislação é um erro do Governo de Portugal.

Agora o facto de eu achar que ela é um erro, até porque se mete numa competência que é nossa, que é do poder Local, isto é, uma clara violação da autonomia do Poder Local na minha opinião, mas o facto de eu achar isso não quer dizer que não cumprimos a lei, nós vamos cumpri-la, que fique claro este ponto. Nós vamos cumprir a lei, eu pessoalmente não concordo! Acho absolutamente abusivo, querer a régua e esquadro, de cima para baixo, dizer como é que deve ser a Estrutura Orgânica de cada Câmara.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação prestada sobre a Adequação da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra à Lei n.º.49/2012, de 29 de Agosto.

Ponto 8 - Procedimento concursal para o recrutamento e seleção do cargo de Comandante da Polícia Municipal – nomeação de júri:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Relativamente a este documento, há aqui duas questões que gostava de colocar. Primeiro, porque é que o candidato a Comandante da Polícia Municipal tem que ser uma pessoa licenciada em Direito?

Nós temos aqui na bancada um deputado e a senhora vereadora, também, são licenciados em direito, que tem orientações de resultados, planeamento de organização de liderança, de gestão e tem visão, porque não serão eles candidatos ao cargo Comandante da Polícia Municipal? Podem ser?

Acho que isto, é uma coisa que não deveria estar, até porque na informação diz anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias cujo exercício ou provimento seja exequível uma licenciatura. Acho que neste documento deveria ter uma alínea e tirar esta coisa do direito, é uma licenciatura, deveria ter então, na minha opinião, uma formação superior em de segurança e defesa. Existem escolas superiores de segurança e de defesa, no Exército por exemplo, na Marinha, na polícia, porque não uma pessoa com estas características.

Portanto acho que existe aqui esta situação que deveria ser introduzida, neste documento, retirar a licenciatura em direito, mas sim uma pessoa que tenha formação superior de segurança e de defesa.

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Esta questão que vem aqui à Assembleia Municipal, aliás, como terão reparado a deliberação da Câmara foi tomada por unanimidade, há um ponto que passou que tem de vir às Assembleias Municipais, que é a nomeação do júri destes procedimentos.

Por isso isto vem à Assembleia exclusivamente para se dizer que sim ou não a esta proposta de três elementos para um júri que vai escolher o novo Comandante.

Tudo o resto pode ser uma discussão interessante, e teríamos toda a oportunidade para a fazer mas noutra fórum, não aqui porque essa questão já foi resolvida pelo órgão competente que é a Câmara Municipal, que aliás a sua deliberação foi por unanimidade.”

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (50 votos a favor e 12 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro, aprovar a abertura de procedimento concursal para o recrutamento e seleção do cargo de Comandante da Polícia Municipal – Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau, de acordo com o preceituado na Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na última redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9 - AC, Águas de Coimbra, EM. – alteração dos Estatutos:

Relativamente a este processo o deputado José Manuel Ferreira da Silva, por motivos profissionais, ausentou-se da sala para não participar na votação do mesmo.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (50 votos a favor e 11 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de Dezembro, aprovar, por maioria (59 votos a favor e 2 abstenções), aprovar a alteração dos Estatutos AC, Águas de Coimbra, EM

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 10 – Adaptação dos Estatutos do Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde EM, SA:

Este processo foi retirado, conforme anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Ponto 11 - Fornecimento de peças originais para viaturas, máquinas e equipamentos – autorização para abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais:

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro, autorizar a abertura de concurso público para o fornecimento de peças originais para viaturas, máquinas e equipamentos, ao abrigo do disposto no art. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir, nos termos do art. 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os que se indicam:

2013 – € até 380.000,00 acrescido de IVA;

2014 – € até 564.000,00 acrescido de IVA;

2015 – € até 220.000, 00 acrescido de IVA.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12 - Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais e do Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas, de Comércio de Bens, de Prestação de Serviços ou de Armazenagem no Município de Coimbra – retificação/alteração:

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“O essencial que me suscita alguma dúvida é no regulamento municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração.

Ao que me apercebi o que se aqui argumenta é que, dada a situação de crise económica por que passam as empresas, os estabelecimentos nomeadamente os bares e pub’s, por força do novo regulamento teriam que fechar às 2 horas da manhã. Portanto, todos aqueles que estavam licenciados anteriormente teriam 45 dias para pedir a renovação ou uma nova licença, segundo os novos regulamentos e se quisessem alargar o horário de funcionamento teriam de pagar anualmente 1.500€.

Portanto, tanto quanto me apercebi, isto cria dois problemas.

Um, é que o regulamento de facto foi alterado, justamente para responder a uma necessidade, sentida e sistematicamente reiterada por vários cidadãos, de pôr fim a um prazo alargado do horário nos estabelecimentos que perturbam obviamente o descanso dos cidadãos. Por isso a limitação das 2 horas, em relação às 4 horas da madrugada.

Mas isso, já no regulamento anterior, previa a possibilidade dos estabelecimentos anteriormente licenciados poderem funcionar de acordo com esse licenciamento feito pela Câmara.

A minha dúvida é esta:

Então eu vejo com alguma perplexidade este sentimento de preocupação com a saúde económica dos bares e pub’s, eu não tenho grande preocupação a esses estabelecimentos, porque acho que têm margem de lucro exorbitante e parece que lhes querem poupar 1.500€.

Na Assembleia de Março de 2011, o Bloco de Esquerda trouxe aqui um conjunto de propostas, nomeadamente ao apoio ao pequeno e médio Comércio da Baixa de Coimbra, uma delas era muito simples, era que fosse implementadas medidas de discriminação positiva relativamente ao pequeno e médio Comércio da Baixa, no sentido de os isentar, por um período de dois anos, do pagamento da generalidade das taxas municipais a que estão sujeitas as actividades comerciais. Tendo em conta que a perda de receita para o Município não será muito relevante.

De certeza que era menos relevante do que estes 1.500€ de licença.

A minha perplexidade é esta: Então estamos preocupados com os 1500€ que os pub’s e bares tem de pagar se não for reformulada e não damos a poio ao pequeno e médio comercio no sentido de os isentar de taxas que estão a passar por uma situação tão deplorável, deprimente e depressiva em matéria económica. Isto causa-me alguma perplexidade e portanto não percebo.”

Posto à votação a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 17 de Dezembro, deliberou, por maioria, (com 60 votos a favor, 2 votos contra e 1 abstenção) aprovar a retificação/alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais e do Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento

dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas, de Comércio de Bens, de Prestação de Serviços ou de Armazenagem no Município de Coimbra.

A referida retificação/alteração dada a sua extensão faz parte integrante desta deliberação.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 13 - Cartão Social para Famílias Numerosas – regulamento municipal:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Relativamente a este regulamento, eu aplaudo-o inteiramente, não tenho dúvidas em o aprovar, só queria que, me esclarecessem uma coisa.

Existe aqui um pormenor que está a falhar, porque nos elementos de prova para as pessoas que têm que provar que têm uma família numerosa, e provavelmente tem algumas dificuldades financeira, para terem este cartão, não está cá, onde está a prova dos fracos recursos.

As provas são.

Prova de residência;

Prova da conjugalidade;

Prova da união de facto;

Prova da tutela e confiança judicial;

Prova de aplicação de medida de promoção e protecção;

Prova de inicio de processo legal de adopção, sempre que os filhos estejam à guarda única ou conjunta de um dos progenitores.

Então, uma família que tenha 10 filhos, o pai e a mãe que tenham rendimentos fabulosos, chegam aqui requerem um cartão e vão ter água e transportes mais baratos.

Como é que isso é possível?

Penso que, falta aqui uma prova em como estas pessoas efectivamente não têm recursos.

Era isso que gostava de ver aqui implementado. “

Intervenção do Presidente da Câmara

“Agradeço os comentários do senhor deputado.

A ideia do Cartão para famílias numerosas, aliás, hoje já vai sendo comum em vários municípios, não é em primeira instância, olhar para esse problema que o senhor deputado estava aqui a referir.

A constatação que se faz, é que duas famílias iguais em tudo, menos no numero de filhos que tem, tem níveis de vida completamente diferentes, iguais em tudo, isto é, duas famílias de altos rendimentos, uma com muitos e outra sem filhos, tem um nível de vida diferente.

Duas famílias de baixo rendimento, uma com muitos filhos e a outra sem nenhum também têm. A ideia do Cartão, das famílias numerosas é corrigir em cada um dos escalões essa divergência. Portanto, não se trata de uma política de correcção de rendimentos entre o que estava a dizer mas sobre tudo tentar minimizar a diferença para menos ao rendimento disponível para que o número de filhos trás, quer para o que são mais ricos, quer para o que são mais pobres.”

Posto à votação, a Assembleia Municipal de Coimbra sob proposta da Câmara datada de 17 de Dezembro, deliberou, por maioria (com 61 votos a favor e 2 votos contra) aprovar o regulamento municipal para o Cartão Social para

Famílias Numerosas, o qual dada a sua extensão fica apenso a esta acta fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 14 - Acordo de pagamento com Petróleos de Portugal – Petrogal, SA sobre contrato de aquisição de gasóleo a granel para abastecimento das viaturas que compõem a frota dos SMTUC, outorgado em 21 de janeiro de 2011:

Para o processo acima identificado a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro, autorizar o acordo de pagamentos com Petróleos de Portugal – Petrogal, SA, sobre contrato de aquisição de gasóleo a granel para abastecimento das viaturas que compõem a frota dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, outorgado em 21 de janeiro de 2011;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 15 - Fornecimento de combustíveis – autorização para a abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais:

Relativamente a este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 3 de dezembro, autorizar a abertura de uma consulta às entidades fornecedoras ao abrigo do acordo quadro conforme previsto no art. 259.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, para o fornecimento de combustíveis (combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos e gasóleo a granel), ao abrigo do disposto no art. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir, nos termos do art. 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os que se indicam:

2013 – € até 735.000,00 acrescido de IVA;

2014 – € até 930.000,00 acrescido de IVA;

2015 – € até 930.000, 00 acrescido de IVA;

2016 - € até 181.000,00 acrescido de IVA.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 16 - Serviços de limpeza – autorização para a abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais:

Para o processo mencionado em epígrafe a Assembleia deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 3 de dezembro, autorizar a abertura de uma consulta às entidades prestadoras do serviço, ao abrigo do acordo quadro celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, atual Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, para a prestação de serviços de limpeza de instalações municipais, ao abrigo do disposto no art. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir, nos termos do art. 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os que se indicam:

2013 – € até 60.000,00 acrescido de IVA;

2014 – € até 700.000,00 acrescido de IVA e da atualização contratual;

2015 – € até 650.000,00 acrescido de IVA e da atualização contratual.
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 17 - Serviços de vigilância e segurança – autorização para a abertura de procedimento e realização de despesas plurianuais:

Relativamente a este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 3 de dezembro, autorizar a abertura de uma consulta às entidades prestadoras do serviço, ao abrigo do acordo quadro celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, atual Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, para a prestação de serviços de vigilância e segurança de instalações municipais, ao abrigo do disposto no art. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir, nos termos do art. 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os que se indicam:

2013 – € até 170.000,00 acrescido de IVA;

2014 – € até 252.000,00 acrescido de IVA e da atualização contratual;

2015 – € até 90.000,00 acrescido de IVA e da atualização contratual.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 18 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana em instrumento próprio para execução de uma operação de reabilitação urbana simples e respectiva estratégia de reabilitação urbana – Coimbra Alta:

Posto este processo à votação, foi deliberado, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Novembro último, aprovar a área de reabilitação urbana delimitada em instrumento próprio, para execução de uma operação de reabilitação urbana simples e respetiva estratégia de reabilitação urbana, denominada Coimbra Alta.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 19 - Águas do Mondego, SA – empreitadas do Sistema Elevatório de Torres do Mondego e do Sistema Elevatório das Carvalhosas – reconhecimento de interesse público:

Relativamente a este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de novembro, reconhecer o interesse público das obras do “Sistema Elevatório das Torres do Mondego” e do “Sistema Elevatório das Carvalhosas” a executar nas freguesias de Torres do Mondego e de Santo António dos Olivais.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 20 - Auto Maran, SA – reversão de parcela de terreno:

Para o processo mencionado em epígrafe a Assembleia deliberou, por maioria (59 votos a favor e 2 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de dezembro, aprovar a reversão da parcela de terreno à Auto Maran, SA, com a área de 628,50 m², já destacada do descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1540/19311114, inscrita na matriz predial rústica sob o artigo n.º 769 da freguesia de Santa Cruz, já integrada no domínio público do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 21 - Compromissos plurianuais – conhecimento:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da lista dos compromissos plurianuais, a qual dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

E sendo 20 horas o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.